

## **Organizadores**

**Mara Rita Duarte de Oliveira  
Larissa Deadame de Figueiredo Nicolete  
Antonio Nilton Gomes dos Santos  
José Itamar Lima Nascimento  
Tânia Maria de Góes**

# **Direitos Humanos e Democracia** **A aliança dos povos do mundo**

**ANAIS DO IV SEMINÁRIO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS,  
PESQUISAS E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E FORMAÇÃO DE  
EDUCADORES BRASIL/ÁFRICA (GEDIFE)**

**Direitos Humanos e Democracia:  
A aliança dos povos do mundo**

Mara Rita Duarte de Oliveira  
Larissa Deadame de Figueiredo Nicolete  
Antonio Nilton Gomes dos Santos  
José Itamar Lima Nascimento  
Tânia Maria de Góes  
**(Organizadores)**

**Redenção - Ceará  
2022**

## **Conselho Editorial**

Afonso Welliton de Souza Nascimento (UFPA)  
Doriedson do Socorro Rodrigues (UFPA)  
Geovanna de Lourdes Alves Ramos (UFU)  
Hélio Simplicio Rodrigues Monteiro (UFG)  
Izabel Cristina dos Santos Teixeira (UNILAB)  
Ivete Brito e Brito ( NPI/UFPA)  
Jadson Fernando Gonçalves Garcia (UFPA)  
Larissa Deadame de Figueiredo Nicolete (UNILAB)  
Marcos Marques Formigosa (UFPA)  
Maria do Socorro da Costa Coelho (UFPA)  
Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa (UFPA)  
Salete de Fátima Noro Cordeiro (UFBA)  
Sebastião Martins Siqueira Cordeiro (UFPA)

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS GEDIFE UNILAB.**  
**Email: gedife.unilab@gmail.com**

**Revisão de Texto e Normalização**  
**Mara Rita Duarte de Oliveira - [mararita@unilab.edu.br](mailto:mararita@unilab.edu.br)**

Todos os direitos reservados. De acordo com a lei n.º 9.610, de 19/02/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida sob qualquer forma ou por meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do autor e do editor

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S471a Seminário Nacional do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão  
Brasil/África (4 : 2022 : Redenção, CE)  
Anais do... / IV Seminário Nacional do Grupo de Estudos,  
Pesquisas e Extensão Brasil/África, 16-19 novembro 2022,  
Redenção (CE); organizadores Mara Rita Duarte de Oliveira... [et  
al]. – Redenção (CE): UNILAB, 2022.  
66 p. : il.

“Direitos Humanos e Democracia: A aliança dos povos do  
mundo”  
ISBN 978-65-00-58906-1

1. Educação – Brasil - Congressos. 2. Planejamento  
educacional – Brasil - Congressos. 3. Direitos humanos – Brasil –  
Congressos. I. Oliveira Mara Rita Duarte de. II. Nicolete, Larissa  
Deadame de Figueiredo. III. Santos, Antonio Nilton Gomes dos. IV.  
Nascimento, José Itamar Lima. V. Góes, Tânia Maria de. VI. Título.  
CDD 370.981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**IV SEMINÁRIO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISAS E  
EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E FORMAÇÃO DE EDUCADORES  
BRASIL/ÁFRICA (GEDIFE)**

**Coordenação Geral**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mara Rita Duarte de Oliveira (GEDIFE/UNILAB)  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Geovanna de Lourdes Alves Ramos (UFU-ICHPO/MG)

**Comissão de Logística e Tecnologia**

Antonio Nilton Gomes dos Santos  
José Itamar Lima Nascimento

**Comissão de Comunicação e Divulgação**

José Stênio da Silva Chaves  
Neusa Teresa Costa Pereira  
Maurício Arthur Duarte Cardoso  
Hamilton Francisco Catraio Nhime

**Comissão de Inscrição e Certificação**

Mara Rita Duarte de Oliveira  
Maria Vitória Silva Cardoso  
José Itamar Lima Nascimento  
Viviane Mariana de Souza Xavier

**Comitê Científico**

Geovanna de Lourdes Alves Ramos  
Hélio Simplicio Rodrigues Monteiro  
Francisco de Assis Silveira  
Izabel Cristina dos Santos Teixeira  
Jadson Fernando Garcia Gonçalves  
Larissa Deadame de Figueiredo Nicolete  
Mara Rita Duarte de Oliveira  
Maria do Socorro da Costa Coelho  
Rodolfo Pereira da Silva  
Carlos Alberto Muniz

**Alunos da pós-graduação**

Antônio Nilton Gomes dos Santos  
Geraldo Barbosa da Silva Filho  
Márcio Fernandes de Souza  
Tânia Maria de Góes  
Maria Vitória Silva Cardoso

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO.....</b>  | <b>07</b> |
| <b>ENTRE EU E VOCÊ: DIALOGIA DAS CARTAS EM CONTEXTOS PEDAGÓGICOS.....</b>   | <b>08</b> |
| Lucilane Ferreira Silva, Diego Matos Araújo Barros  |           |
| <b>OS MARCADORES DAS AFRICANIDADES NO CONTEXTO DA LITERATURA PARA CRIANÇAS.....</b>   | <b>09</b> |
| Lucilane Ferreira Silva, Cristiana de Paula Santos, Edmilson Rodrigues Chaves   |           |
| <b>EXPERIÊNCIAS INTERCULTURAIS A PARTIR DA PRÁTICA DO SARAU LITÉRARIO.....</b>  | <b>16</b> |
| Carliane Vieira de Souza, Antonio Nilton Gomes dos Santos   |           |
| <b>EDUCANDO PARA ENFRENTAR A INTOLERÂNCIA SEXUAL NA SALA DE AULA.....</b>   | <b>23</b> |
| Clara Maria Teles RODRIGUES, Ailton George De Almeida E SILVA   |           |
| <b>A TEMÁTICA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ITUIUTABA/MG.....</b>                                       | <b>28</b> |
| José Carlos Quirino, Geovanna de Lourdes Alves Ramos  |           |
| <b>ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO/GO: O ALUNO DO CAMPO NA ESCOLA URBANA.....</b>  | <b>35</b> |
| Hellen Pollyanna Vieira, Geovanna de Lourdes Alves Ramos  |           |
| <b>A MULHER TRABALHADORA NEGRA E A INFORMALIDADE LABORAL: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UMA PERIFERIA DE FORTALEZA-CE.....</b>          | <b>40</b> |
| Maria Vitoria Silva Cardoso, Jacqueline Britto Pólvara  |           |
| <b>A VIVÊNCIA DA MULHER NA CIDADE: TRABALHO INFORMAL EM UMA PERIFERIA DE FORTALEZA.....</b>   | <b>51</b> |
| Maria Vitoria Silva Cardoso   |           |
| <b>RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DEMANDA POR MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS EM UMA FARMÁCIA COMUNITÁRIA DURANTE O SURTO DO COVID-19.....</b> | <b>56</b> |
| Diego Silva Milhome, Claudio Henrique Victor Porto, Vinícius Alves Moraes, Larissa Deadame Figueiredo Nicolete                      |           |
| <b>AUTISMO E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO ÂMBITO EDUCACIONAL.....</b>   | <b>61</b> |
| Ítala Mayara Santiago Silva, Antonio Nilton Gomes dos Santos, Mara Rita Duarte de Oliveira  |           |
| <b>ETNOMATEMÁTICA: A MATEMÁTICA NA CULTURA INDÍGENA KANINDÉ.....</b>  | <b>63</b> |
| Antonio Nilton Gomes dos Santos, Ítala Mayara Santiago Silva, Carliane Vieira de Souza, Mara Rita Duarte de Oliveira                |           |

## APRESENTAÇÃO

O Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação, Diversidade e Formação de Educadores Brasil/África (GEDIFE) vem desenvolvendo pesquisas sobre a formação inicial e continuada de educadores (as), discutindo temas relacionados ao trabalho docente como também temas voltados às escolas públicas, do campo e da cidade, no Brasil e na África.

Neste caminho de construções coletivas, colaborativas em rede, realizamos nos dias **16 a 19 de novembro de 2022** o IV Seminário Nacional Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação, Diversidade e Formação de Educadores Brasil/África (**IV SENAGE**), momento que oportunizou diálogos com diferentes educadores e educadoras das universidades públicas brasileiras, da educação básica, movimentos sociais e de outros setores da sociedade.

O evento contou com a participação de professores/as e estudantes universitários/as e da educação básica. Também participaram com importante contribuição intelectual professores/as negros, indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros sujeitos da diversidade, que compuseram as mesas, conferências, ministraram oficinas e apresentaram trabalhos, constituindo o diálogo com a diversidade e a pluralidade cultural no campo educacional.

Assim, objetivando consolidar este importante espaço de pesquisa e debates acadêmicos, optou-se, nesta quarta edição do evento, em realizar um amplo diálogo com questões, desafios e temáticas que se colocam para as humanidades no momento presente; questões que perpassam os cenários políticos, pedagógicos e educacionais na contemporaneidade.

O evento agregou atividades acadêmico-científicas de diferentes cursos, ampliando assim diálogos interdisciplinares entre as diferentes áreas da produção do conhecimento acadêmico-científico, possibilitando trocas e reflexões acerca da temática que o norteia.

No momento em que se registra a atual conjuntura política e social brasileira nos impõe o desafio de reflexões críticas que norteiem possíveis alternativas políticas, sociais e educacionais. Aliada a essa circunstância, tal conjuntura se dá em um momento em que constata-se o aumento da desigualdade social no país, em que grande parte da população brasileira encontra-se economicamente fragilizada social e economicamente, além de se verem diretamente afetadas por debates negacionistas em torno do desmonte da educação, pesquisa e ciência. Assim, diante de tal realidade coloca inúmeras universidades diante de impasses para os quais se requerem novas posturas e ações no âmbito da educação e da política em geral; e mais ainda no ensino e da pesquisa, o que tem exigido o estímulo aberto ao debate racional de propostas e idéias, exercitando a argumentação e a escuta.

Sob o prisma da ruptura democrática iniciada em 2016, estabelecemos diálogos com a atual conjuntura política e educacional brasileira contemporânea. Este cenário apresenta-se como tema de reflexões, com inúmeros diálogos e trocas de experiências entre docentes e discentes que atuam na docência e pesquisas nas diferentes áreas disciplinares das humanidades, nos diversos níveis e modalidades de produção do conhecimento.

*Os/as organizadores/as*

**ENTRE EU E VOCÊ: DIALOGIA DAS CARTAS EM CONTEXTOS**



# PEDAGÓGICOS

Lucilane Ferreira Silva  
Diego Matos Araújo Barros

## RESUMO

O uso pedagógico das cartas em sala de aula vai além dos rotineiros jogos com cartinhas, mesclando linguagem verbal e não verbal no processo de alfabetização e letramento ou do correio da amizade. No processo de ensinagem, o trabalho com o gênero textual carta vem ganhando espaço de protagonista com diversas vivências dialógicas. Seja na educação básica, seja no ensino superior, experienciar o contato com a produção e recebimento, entre emissor e receptor, atravessado pela afetividade e contextos de cada um, propicia o compartilhamento de saberes, tanto pessoais, quanto pedagógicos, transpondo quaisquer as experiências para o mundo da linguagem escrita. Historicamente, o ato de escrever cartas remete a passagens bíblicas, a distâncias físicas entre remetente e destinatário, a longo período de tempo entre a escrita da missiva e o recebimento pelo destinatário. Paulo Freire nos leva a esse trabalho com a produção de cartas a partir do entorno dos escritores e leitores. Assim, o presente estudo teve como objetivo geral demonstrar acerca do uso de cartas pedagógicas na e pela comunidade escolar em ações, tempos, participantes, temáticas e espaços diversificados. Sendo os objetivos específicos: a) Relatar experiências com a produção e interlocução de cartas pedagógicas na comunidade escolar. b) Conceituar o gênero textual carta pedagógica. c) Discutir práticas pedagógicas de ensinagem e aprendizagem afetivas a partir do uso das cartas pedagógicas. A problemática geradora desta pesquisa questiona se: Há na comunidade escolar, espaço real para a presença dialógica das cartas pedagógicas como dispositivo promotor da aprendizagem significativa? No tocante ao método é uma pesquisa qualitativa e em termos metodológicos é bibliográfica com estudo de casos e relatos de experiências, tanto da educação básica, quanto do ensino superior. Os resultados e discussões indicaram que apesar do gênero textual carta, parecer ultrapassado na modernidade, com pouco uso da prática social discursiva da troca das mesmas escritas em papel; na comunidade escolar, o trabalho pedagógico com a estrutura e função do referido gênero, proporcionou momentos de interação, ensinagem, aprendizagem, afetividade, entre outros. O protagonismo das experiências pessoais oportunizou a construção de saberes diversificados, além de trabalhar com o sócio emocional dos participantes. Dessa forma, a interlocução entre os presentes precedeu a leitura da escrita, ela veio permeada por contextos diversificados em seus princípios, histórias, sentimentos e emoções. Os quais se fizeram transbordar pela licença poética de cartas pedagógicas mescladas de incentivos, carinho, memórias, conquistas, gratidão entre outros. Portanto, o trabalho com cartas pedagógicas coloca os membros da comunidade escolar como interlocutores ativos, refletindo em uma educação humanística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interlocução. Comunidade escolar. Afetividade. Ensinagem. Aprendizagem.



# OS MARCADORES DAS AFRICANIDADES NO CONTEXTO DA LITERATURA PARA CRIANÇAS

Lucilane Ferreira Silva  
Cristiana de Paula Santos  
Edmilson Rodrigues Chaves

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a mais tenra idade, ou porque não dizer, já no ventre de algumas mães, as crianças entram em contato com o mundo da literatura, por meio da audição de histórias contadas/narradas. Na infância, umas em casa, outras apenas na escola, passam a vivenciar práticas literárias. Historicamente, nosso país, colonizado por Portugal, perpetua as produções escritas eurocêntricas, recheadas pelos tradicionais contos de fadas, como Branca de Neve, Cinderela, A bela Adormecida, Rapunzel, entre outros, ambos de autoria estrangeira, com personagens, cenários e enredo alheios a real essência do povo brasileiro.

A literatura para crianças é uma realidade presente nas salas de aula do ensino fundamental anos iniciais. Contação de história, alforje literário, palco da leitura, aconchego literário, tempo para gostar de ler, projetos literários, entre outros, são alguns dos momentos oportunizados pelo eixo de Literatura e Formação do Leitor do Programa MaisPaic. As escolas recebem o acervo da coleção Paic Prosa e Poesia, composto por livros literários. E assim, o fazer literário, por meio de atividades diversificadas, vai dando as vivências de alfabetização e letramento. E assim essa arte da palavra, a literatura vai sendo praticada. Porém, é nitido nesse cenário a ausência um currículo afrorreferenciado no contexto escolar, e isso muitas vezes nega as reflexões e as discussões, presentes na Lei nº 10.639/2003 e na lei nº 11.645/2008 que implementou o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica. As práticas pedagógicas empretecidas necessitam ser cada vez mais exercidas contra o currículo eurocêntrico. Dessa forma, a problemática geradora desse minicurso remete a “Como podemos trabalhar na perspectiva da literatura afro no ensino fundamental anos iniciais?”

Literafro trata-se de uma “abreviação” (criada pelos ministrantes do minicurso) dos termos literatura e afro, atravessando a ensinagem por meio da Literatura para crianças. Suleado nos referenciais de: Abramovich, F (1995); na lei nº 10.639/2003; na lei nº 11.645/2008 e Petit, S.H. Alves, M.K.F (2021), o objetivo deste trabalho é apresentar o relato



de experiência de um grupo de quatro mestrandos do Curso de Mestrado em Ensino e Formação Docente, do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente (PPGEF Unilab-IFCE), vivenciado no II Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente – II CIEF, realizado de modo remoto, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, no período de 17 de outubro de 2022, a partir das 16h, em Redenção/Ceará/Brasil, ministrando a atividade Minicurso – Literafro, abordando a literatura afroreferenciada com crianças, a partir de vivências intercomponentes e lúdicas, identificando os marcadores das africanidades e contabilizando carga horária total de quatro horas. A escolha temática do minicurso partiu das nossas vivências acadêmicas no primeiro semestre do Curso de Mestrado em Ensino e Formação Docente, do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente (PPGEF Unilab-IFCE). Os dispositivos trabalhados nos componentes curriculares do referido curso dialogam com nossas experiências enquanto docentes. Uma das aulas acerca dos marcadores das africanidades foi o despertar para compartilharmos anseios e sugestões com outros sobre práticas pedagógicas com a literatura afro em nossas salas de aulas.

O percurso metodológico percorrido no mini-curso iniciou-se com a pesquisa teórica e planejamento das ações. Por conseguinte, na tarde da ministração, embasou-se na contação da História “O Baú Ancestral: Histórias da Bisavó” com vivências literárias de práticas pedagógicas transdisciplinar que identifica os diversos marcadores das africanidades na história contada. O itinerário formativo do minicurso iniciou com a acolhida Funga Alafia. Em seguida os participantes foram mediados à apresentação, utilizando o bastão da fala para contextualizar a sua ancestralidade. Depois eles receberam o acesso ao dispositivo mentimeter, relatando os seus marcadores mais significativos em suas memórias. Dado a reflexão deste momento, na área das linguagens, inicia-se, a contação da história e as possibilidades de abordagem na perspectiva afroreferenciada. Nas ciências da natureza, os saberes e os sabores da cultura afro-brasileira e nas ciências humanas as referências negras. A avaliação do minicurso ocorreu pelo Google Forms, além do feedback dos participantes de forma síncrona. Deste modo, os diálogos realizados neste minicurso justificam a enorme necessidade de uma prática pedagógica empretecida que valorize os marcadores das africanidades existentes em nossas ancestralidades.



## 2 PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO MINICURSO LITERAFRO



Figura 1 – Planejamento do Minicurso

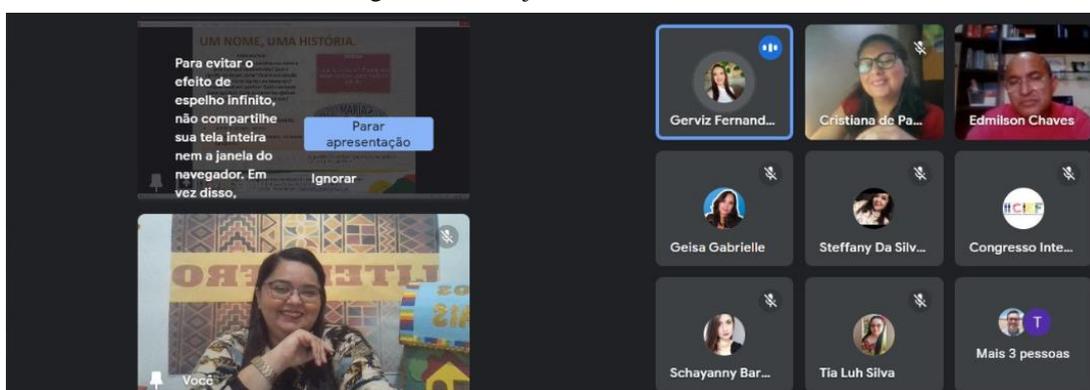


Figura 2 – Ministração do Minicurso

| ÁREA   | MARCADORES DAS AFRICANIDADES  | SUGESTÕES DE COMO TRABALHAR  |
|--|---|--|
| LINGUAGENS (Português, Arte e Educação Física) | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mitos/lendas/o ato de contar/valorização da contação.</li> <li>Mestras e Mestres negras/negros (da cultura negra).</li> <li>Escrituras Negras.</li> <li>Danças afro.</li> <li>Artesanatos.</li> <li>Músicas/cantos/toques /Ritmos/estilos afro.</li> <li>Vocabulário/formas de falar.</li> <li>Outras Práticas corporais (brincadeiras tradicionais/jogos e outros).</li> <li>Outras tecnologias.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Reconto de histórias.</li> <li>Confeção de baús artesanais com as famílias.</li> <li>Rodas de histórias ao redor das fogueiras.</li> <li>Baú de histórias.</li> <li>Roda de conversa com as avós: contação de histórias pelas avós</li> <li>Memórias em imagens.</li> <li>Memórias em gestos.</li> <li>Memória em brincadeiras.</li> <li>Escrivência.</li> <li>Listar histórias com a temática afrocentrada (montar acervo digital ou impresso com histórias de temática afro).</li> <li>Pesquisar escritores negros.</li> <li>Realização de brincadeiras infantis.</li> <li>Confeção de brinquedos infantis artesanais.</li> <li>Letramento literário afrocentrado.</li> <li>Confeção de brinquedos antigos.</li> <li>Roda de cantigas. Dramatização das cantigas.</li> <li>Dance kids afro.</li> <li>Campeonatos de jogos kids afro.</li> <li>Produção de artesanato caseiro afro.</li> <li>Produção e exposição de obras de artes visuais que contemplem os marcadores das africanidades.</li> <li>Cine kids afro com roda de reflexão.</li> <li>Criação de verbetes afro.</li> <li>Music kids afro.</li> <li>Confeção de instrumentos musicais afro.</li> </ul> |

| ÁREA COMPONENTE                 | MARCADORES DAS AFRICANIDADES  | SUGESTÕES   |
|---------------------------------|---|---|
| CIÊNCIAS DA NATUREZA (Ciências) | <ul style="list-style-type: none"> <li>Sabores da minha infância – pratos, modos de comer e o valor da comida.</li> <li>Curas/Práticas de saúde.</li> <li>Cheiros “negros” significativos.</li> <li>Relação com o chão (vivências e simbologias)</li> <li>Simbologias da Circularidade: tempos cíclicos e da natureza.</li> <li>Relação com a natureza.</li> <li>Cabelo afro (encaracolado/cacheado/crespo)-práticas corporais de afirmação e negação dos traços negros diacríticos.</li> <li>Racismos (perpetrados e sofridos).</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Memória Visual.</li> <li>Árvores da minha vida.</li> <li>Livro de receitas típicas.</li> <li>Livro de remédios caseiros e/ou herbário dessas plantas</li> <li>Canteiro de plantas medicinais.</li> <li>Produção de essências caseiras.</li> <li>Confeção de mandalas.</li> <li>Desfile de penteados negros.</li> <li>Produção de ornamentos para cabelos encaracolados.</li> <li>Dicas de trato do cabelo encaracolado.</li> <li>Confeção do Baobá.</li> </ul> |

| ÁREA COMOPONENTE                      | MARCADORES DAS AFRICANIDADES  | SUGESTÕES DE ATIVIDADES  |
|---------------------------------------|---|--|
| CIÊNCIAS HUMANAS HISTÓRIA E GEOGRAFIA | <ul style="list-style-type: none"> <li>• História do meu nome.</li> <li>• Histórias da minha linhagem, inclusive agregados.</li> <li>• Histórias do meu lugar de pertencimento/comunidade.</li> <li>• Pessoas negras referência da minha família e da minha comunidade e pessoas negras referência do mundo, significativas para mim.</li> <li>• Lugares míticos e territórios afro-marcados (investidos pela negritude).</li> <li>• Valores de família/filosofias.</li> <li>• Formas de conviver/laços de solidariedade/relações de comunidade.</li> <li>• Relação com as mais velhas e os mais velhos.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer a história e o significado do nome</li> <li>• Objetos que contam histórias.</li> <li>• Ancestralidade familiar.</li> <li>• Árvore genealógica.</li> <li>• Fotolegenda: álbum de família.</li> <li>• Pesquisar história da comunidade.</li> <li>• Criar histórico da comunidade.</li> <li>• Criar biografia dos familiares</li> <li>• Pesquisar Religiosidades Pretas.</li> <li>• Valores de família.</li> <li>• Piquenique em família, café/almoço em família.</li> <li>• Exposição objetos históricos – mini museu.</li> <li>• Feira cultural.</li> </ul> |

Figura 2 – Marcadores das africanidades tabalhados no minicurso



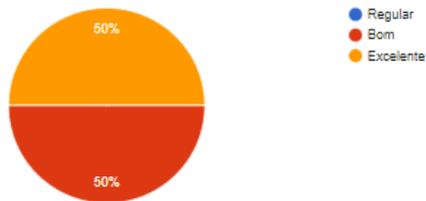
03. Este Minicurso despertou o seu interesse em trabalhar os marcadores de africanidade no seu fazer docente?

4 respostas



04. Relate sobre seu desempenho no Minicurso

4 respostas



05. A metodologia utilizada no Minicurso facilita a aprendizagem?

4 respostas



06. A Carga horária foi cumprida com boa organização do tempo?

4 respostas



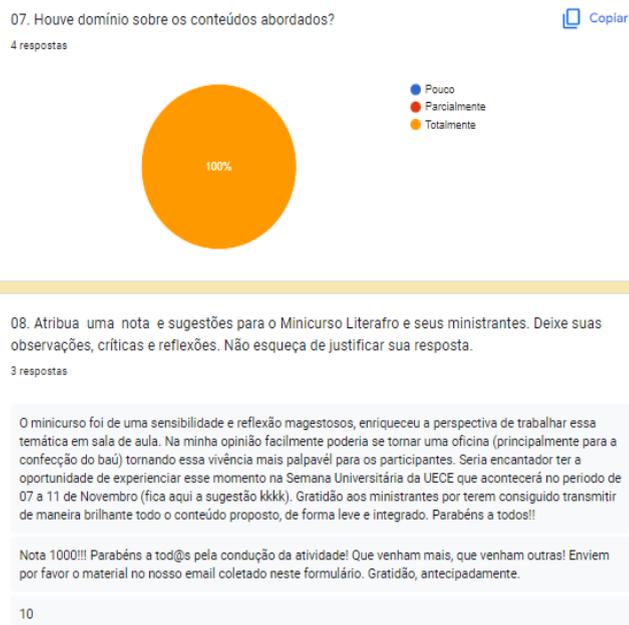


Figura 3 – Avaliação do Minicurso pelos participantes

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o minicurso contemplou práticas pedagógicas com a literatura afro para crianças a partir dos estudos e vivências dos ministrantes. Por meio da interação dos participantes, bem como com a análise da avaliação do minicurso por eles, além da autoavaliação dos ministrantes é perceptível o impacto social da experiência desenvolvida na vida educacional dos mesmos, por meio das atividades que conversavam com os marcadores das africanidades. Verificou-se que com os marcadores das africanidades via literatura infantil e a escolha adequada da obra literária, é possível desenvolver vivências educacionais em uma direção emancipatória, mediante a revisão do currículo, das práticas pedagógicas e da cultura escolar. Faz-se importante o resgate da herança cultural do negro na sociedade brasileira não só como forma de combate ao racismo, mas, também, para trazer ao palco o protagonista forte, guerreiro, desbravador que ficou silenciada e à margem da história por muitos anos. E a literatura infantil é um recurso crucial nessa ensinagem afroreferenciada.

### REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

ALVES, Márcia de Albuquerque. **Literatura afro-brasileira**: possibilidades para o ensino infantil e fundamental menor (recurso digital). Cabedelo, PB: Editora UNIIESP, 2021.

ASANTE, M. **Afrocentricidade**: notas sobre posição disciplinar. In NASCIMENTO, E.L. Afrocentralidade: uma abordagem epistemologica inovadora. Tradução Carlos Alberto

Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº10639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 11.645/08, de 10 de Março de 2008. Disponível em:< [http://https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2022.

PETIT, S.H. ALVES, M.K.F (2021). **A pretagogia e os marcadores das africanidades: conexões entre corpos e árvores ancestrais.**[S.I.] 29 dez. 2021. Disponível em: <[file:///C:/Users/LUCILANE/Desktop/A%20Pretagogia%20e%20os%20marcadores%20das%20africanidades%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/LUCILANE/Desktop/A%20Pretagogia%20e%20os%20marcadores%20das%20africanidades%20(1).pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2022.

TORRES, S. A. JESUS, Leandro Santos Bulhões. **A lei nº 10.639/03 e o currículo afrocentrado: desafios e possibilidades da educação para as relações étnico-raciais.** Pensando África e suas diásporas. Mariana, v.1, p.1-21, jan./jun.2018. Disponível em: <[www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricas](http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricas)>. Acesso em: 01 jun. 2022.



# EXPERIÊNCIAS INTERCULTURAIS A PARTIR DA PRÁTICA DO SARAU LITERÁRIO

Carliane Vieira de Souza<sup>1</sup>  
Antonio Nilton Gomes dos Santos<sup>2</sup>

## RESUMO

O projeto Sarau Literário tem como objetivo contribuir para que os alunos da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos conheçam e utilizem elementos constitutivos da linguagem de forma reflexiva e funcional e trabalhem de forma interdisciplinar dialogando com as demais áreas do conhecimento. Compreender a linguagem como forma de expressão e comunicação, ampliando o repertório linguístico e literário, para oportunizar o uso da linguagem em diversas situações, valorizando e aperfeiçoando a oralidade para despertar no aluno o gosto pelas diferentes culturas e formas de arte. O desenvolvimento deste projeto surgiu da preocupação em fazer nossos estudantes conhecerem os vários gêneros literários. Para realização do Sarau Literário, as metodologias utilizadas são diversificadas, como: aula dialogada, pesquisas, produção de poemas, textos diversos, paródias, dramatizações, leitura de vários gêneros textuais, leitura dinamizada, apresentação musical e a pesquisa da biografia dos autores estudados no sarau.

**Palavras-Chave:** Linguagem. Conhecimento. Interdisciplinar.

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto intitulado Sarau Literário desenvolvido na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, instituição localizada no município de Aratuba, estado do Ceará, tem como objetivo contribuir para que os alunos conheçam e utilizem elementos constitutivos da linguagem de forma reflexiva e funcional. As propostas educacionais devem compreender a atividade artístico cultural como uma combinação de atividades para o desenvolvimento global do indivíduo, um processo de socialização consciente e crítico, um exercício de convivência democrática, uma atividade artística com preocupações de organização estética e uma experiência que faz parte das culturas humanas. A escola deve viabilizar o acesso do aluno à literatura especializada, aos vídeos, às atividades de teatro de sua comunidade. Saber ver, apreciar, comentar e fazer juízo crítico devem ser igualmente fomentados na experiência escolar (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997, p. 57).

Segundo Caldeira (2003, p. 47), a biblioteca escolar visa “[...] proporcionar aos alunos oportunidades de leitura intensa e autônoma, além de incentivar a busca de informação para

---

<sup>1</sup> Licenciatura Intercultural Indígena – LII PITAKAJA - UFC

<sup>2</sup> Mestrado Interdisciplinar em Humanidades - Unilab



responder a questionamentos e solucionar problemas [...]”. Acredita-se que a leitura seja o mais importante elemento do imaginário. Ler significa refletir, pensar, estar a favor ou contra, trocar opiniões, posicionar-se, enfim, exercer desde cedo a cidadania. Dessa forma, percebe-se o papel da leitura na formação escolar.

Partindo desse princípio, e com o auxílio da Coordenação Pedagógica, no desenvolvimento de suas atividades e ensino, através das áreas interdisciplinares propostas pela Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, desenvolveu-se, no ano de 2018, o projeto Sarau Literário envolvendo os alunos do Ensino Médio. Esse projeto educacional vem ao encontro da dimensão filosófica da proposta pedagógica da Escola Indígena Manoel Francisco que visa preparar e formar seus alunos de forma interdisciplinar praticando e propagando sua cultura. Conforme figura 1 a primeira edição trabalhou com o tema sobre a Leitura Cultura e Arte, cada turma escolheu uma obra e com criatividade a representaram de forma artística os temas abordados.

Figura 1 – Card 1ª edição do Sarau Literário



De início o projeto do sarau literário, foi pensado como mais um projeto escolar, no entanto o resultado foi tão significativo que tornando-se um projeto permanente compondo o calendário da escola, a experiência foi tão exitosa que envolvemos também o ensino fundamental anos finais. Assim passamos a engajar a leitura cultural na rotina das turmas visando mais conhecimento acerca do tema trabalhado proporcionando um ensino de leitura e oportunizando a prática da arte nas mais diversas formas.

O desenvolvimento deste projeto surgiu da preocupação em fazer nossos estudantes conhecerem os vários gêneros literários. Para realização do Sarau Literário, foram utilizadas metodologias diversificadas, como: aulas expositiva dialogada, pesquisas, produção de poesia, textos diversos, paródias, dramatizações, leitura de vários gêneros textuais, leitura dinamizada,

apresentação musical e a pesquisa da biografia de autores estudados no sarau. Nossa proposta de trabalho buscou a interação dos estudantes com os vários gêneros literários, além de fazer com que eles fossem multiplicadores de informações.

Verificação dos conhecimentos prévios: iniciamos nosso projeto realizando uma roda de conversa sobre a nossa língua materna, leitura, cultura e arte e fizemos um levantamento prévio em relação aos conhecimentos dos estudantes sobre os temas abordados. Como a Língua Portuguesa se apresenta para os estudantes: todos tinham uma ideia de que a língua era algo muito complicado e de difícil compreensão. A primeira edição planejada aconteceu no ano de 2018 no mês de outubro na ocasião preparamos leituras voltadas para a própria temática foi Leitura a Cultura e Arte, cada professor fica incumbido de encaixar o tema da melhor forma possível em suas aulas para não suprir os conteúdos da grade e dentro das possibilidades da turma criam uma apresentação artística cultural que envolve o tema e um dos tipos de representação artística.

O Projeto foi apresentado no 1º Sarau Literário da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos em 25/10/2018. Na oportunidade, foi exposto, para toda a comunidade escolar e para os demais visitantes, o projeto desenvolvido pela escola. A apresentação foi realizada a partir de pesquisas relacionadas com a Língua Portuguesa e os gêneros literários, para que os estudantes conhecessem mais profundamente as riquezas do nosso idioma e cultura .

## **2 LER, RECONTAR E ENCANTAR**

O projeto foi idealizado com o intuito de praticar a leitura em sala e ampliar o repertório literário dos alunos, atentando para as artes como a música, a poesia, dança, teatro, declamação e tantos outros talentos que eles têm para mostrar.

As atividades vão sendo trabalhadas durante o mês e conforme escolha de texto, ou assunto que queiram abordar dentro da temática geral ao decidir o que será apresentado os ensaios são realizados no final das aulas para que cada um saiba como fazer assim as tarefas são divididas entre a turma de acordo com o tema, lê-se o conceito explicando a apresentação para que seja feita a organização sejam elas declamações, danças, pinturas, etc e segue a sequência do que a turma preparou. Cada turma faz suas apresentações seguindo a ordem das modalidades de ensino.



Figura 2 – Culminância da 1ª edição



No primeiro ano conforme a figura 2, o projeto foi realizado somente com as turmas de ensino médio, pois fora idealizado para eles, porém foi uma experiência tão exitosa que logo foi promovido a se tornar uma atividade fixa do calendário letivo, ação movimentou toda a escola e no dia proposto para a culminância foi lindo de ver a integração entre as turmas as misturas de saberes ali representadas através do conhecimento adquirido por eles.

Em 2019 com um grupo bem maior, projetamos o trabalho com o tema Diversidade Cultural Nordestina, as leituras foram bem ricas buscando sempre a nossa riqueza e, claro que a arte indígena também foi muito bem representada, nesta culminância capricharam na literatura de cordel, repentes e embolada, drama e peça teatral, paródia e dança regional assim como um pouco da cultura estrangeira através da Língua inglesa e espanhola.

Figura 3 – Card 2ª edição do Sarau Literário



Com a chegada inesperada da pandemia não foi possível realizar as atividades conforme o modelo dos dois últimos anos, foi preciso readaptar os métodos para dar continuidade ao projeto assim fizemos, readequamos as aulas e as orientações bem como as atividades para que pudessem apresentar algo referente ao tema I Sarau Virtual: Uma Evidência no Cotidiano Escolar em Casa edição 2020. Mediante as dificuldades enfrentadas, não foi possível fazer todas as etapas. Em destaque no card da figura 4:

Figura 4 – Card 1ª edição do Sarau Literário virtual



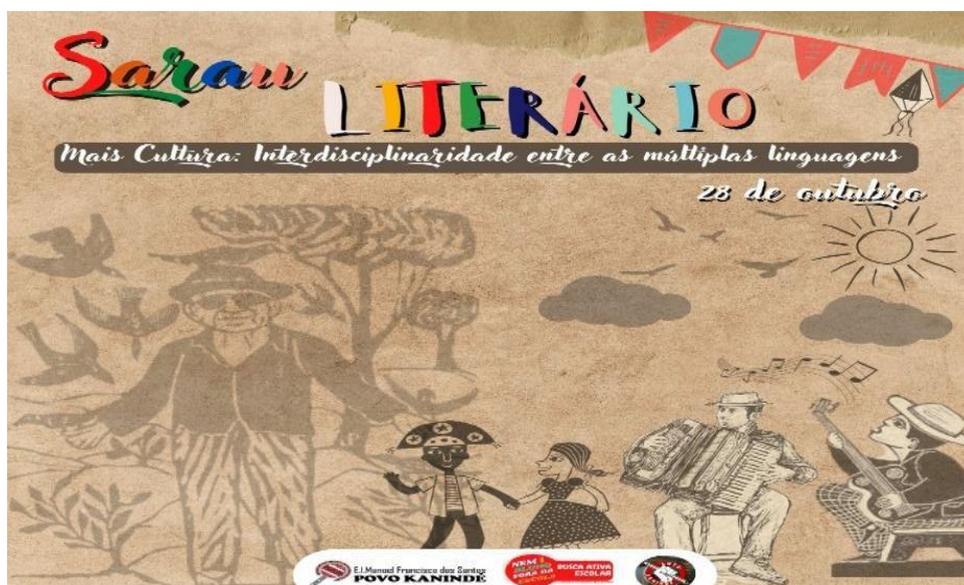
Algumas tarefas foram modificadas devido ao isolamento, as danças foram individuais declamações gravadas, não deu pra ensaiar peças mas fizeram montagens de vídeos, produções de desenhos e fizeram uso das mídias demonstrando seus conhecimentos relacionados a cultura digital e apresentaram utilizando-se da plataforma Google Meet. Foi uma experiência nova, não sabíamos se ia dar certo, mas no final ficou comprovado que a arte acontece por si só independentemente das formas de representá-la e foi um momento bastante proveitoso com novas possibilidades.

No ano de 2021, infelizmente não tivemos edição do projeto ainda em meio a pandemia da COVID, não sabíamos se iríamos retornar as aulas presenciais ou continuar remotas, ao retornar tivemos que dividir as turmas para garantir e distanciamento seguro nas salas o que deixou inviável a organização da edição anual.

Retomando a rotina neste ano de 2022, com muita perseverança e metas para cumprir, pensa o tema Mais Cultura: Interdisciplinaridade entre as Múltiplas Linguagens. Fizemos uma mesclagem com temas importantes deste ano como Centenário da Semana de Arte Moderna, MPB, Teatro Nacional, Regionalismo, Cultura Indígena, e exposição de fatos importantes na última década.



Figura 5 – Card 3ª edição e apresentações dos trabalhos e pesquisas do Sarau Literário



O retorno aconteceu de forma bastante significativa, as turmas se mostraram bem empolgadas em participar de mais uma edição, realizaram belas apresentações e focaram em temas de músicas que foram usadas em protestos, usando letras que dão o poder de fala para aqueles que se sentem sem voz e vez. Ousaram nas danças da atualidade e também nas tradicionais, deram um show de declamações e foram ótimos atores na peças e dramas apresentados sobre os contos indígenas e a cultura nordestina.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo realizar este projeto tem sido muito gratificante, pois oportunizamos aos educandos um momento de interação social de encontro e de conhecimento de outras culturas através da leitura e da pesquisa para que encontrem meios de descobrirem seus talentos e coloquem em prática seus conhecimentos adquiridos, é claro que assim como toda ação enfrentamos dificuldades de engajar certos grupos promover a inserção de todos conseguir o cumprimento de prazos e no final apresentar um bom resultado.

No entanto os desafios vêm sendo superados a cada ano a escola se renova e se reinventa buscando seu melhor em prol do desenvolvimento educacional e cultural de seus alunos, que vem se destacando a cada proposta lançada sempre visando um melhor desenvolvimento e vislumbrando um futuro bem promissor.

Esperamos ter conseguido apresentar um pouco do impacto social da experiência desenvolvida, através do projeto do Sarau Literário, que vem buscando formar alunos leitores

com mais autonomia e mais conhecedores de sua própria cultura para que assim possam valorizar mais sua identidade. Apesar de não ter sido pensado para formar artistas, o projeto vem descobrindo grandes talentos através de suas ações, almejamos dar continuidade sempre inovando para o melhor aprendizado de nossos educandos.

## **REFERÊNCIAS**

Projeto Político-Pedagógico da Escola Manoel Francisco dos Santos, E. I. Aratuba. Ceará, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p.

CALDEIRA, Paulo da Terra. O espaço físico da biblioteca. In: CAMPELLO, Bernadete Santos. A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 62 p. 47-50.



# EDUCANDO PARA ENFRENTAR A INTOLERÂNCIA SEXUAL NA SALA DE AULA

Clara Maria Teles Rodrigues<sup>3</sup>  
Ailton George de Almeida e Silva<sup>4</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho destina-se a apresentar o relato de experiência de dois professores: George de Almeida, do ensino médio e Clara Teles, do ensino superior e ambos enfrentaram situações de violência à dignidade por motivos de intolerância sexual em sala de aula, agiram de forma ética e equilibrada através do diálogo e conseguiram obter êxito no contexto da situação real.

Professor George, contratado como temporário na esfera estadual, presenciou diversas situações de segregação e bullying de alunos por conta da orientação sexual, esses temas são bem sensíveis considerando o público da rede estadual que são os alunos do ensino médio que tem média entre 15 a 18 anos, período onde as questões de aceitação, identidade e identificação estão em ebulição.

Já a professora Clara Teles, em contrato celetista com instituição privada de ensino Superior, no curso de Direito, nesta capital, acompanhou uma verdadeira perseguição de uma aluna que notoriamente era lésbica, e era completamente massacrada por um grupo de nove alunos, era desmoralizada e desacreditada em suas participações e com isso, seu aproveitamento pedagógico estava comprometido negativamente e estava às vésperas de trancamento de curso. O restante da turma silenciava o ocorrido.

Ao encontro desses profissionais, objetivou-se com esse trabalho além de esclarecer o ocorrido aos olhos acadêmicos, pretende-se ao final exemplificar atividades que têm o condão de combater a prática discriminatória nas escolas, brindando com um modelo de prática de metodologia ativa, exigidos pelo BNCC e MEC.

---

<sup>3</sup> Mestra em Relações Laborais Internacionais - UNTREF AR/BR. Mestranda Interdisciplinar em Humanidades - Unilab. [cmteliz@hotmail.com](mailto:cmteliz@hotmail.com)

<sup>4</sup> Estudante do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades - Unilab e especialista em Ciências Humanas pela UFPI. [georgealmeida@aluno.unilab.edu.br](mailto:georgealmeida@aluno.unilab.edu.br)



## 2 UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA EM SALA DE AULA

A violência se manifesta de diversas formas em nossa sociedade e infelizmente, o fenômeno se dá também nas salas de aula, não escolhendo nível ou faixa etária ou status social. Para atendimento aos objetivos desse trabalho, é feito o recorte da discriminação sexual. A própria doutrina de Candau, (1999, p.24) aduz que as manifestações de violência nas escolas vêm preocupando bastante os pais e educadores, e por isso se empenha a necessidade de que os profissionais de educação tenham propostas educativas para lidar com situações delicadas de violência.

No ambiente escolar a violência é reflexo de todos os elementos de violência que permeiam outras esferas sociais, nesse sentido concordamos com Bourdieu e Passerion (1992), que a estrutura escolar se fundamenta através da dominação cultural ideológica, simbólica dos grupos dominantes, é através desse poder que preconceitos são reproduzidos no ambiente escolar.

Considerando as tensões que permeiam o ensino básico, a vivência do professor George, foi o trabalho com a própria disciplina de Geografia, para trazer a tona as discussões sobre, segregação e inclusão e preconceito, essas reflexões são possíveis através da Geografia pela potencialidade interdisciplinar, construindo um debate sobre as questões anteriormente citadas através de uma olhar histórico e espacial. Contudo, ainda há resistência dos atores escolares para uma reflexão mais ampla e contínua.

Para a experiência da professora Clara Teles se tratava de solução radical para poder conter os ânimos, pois no grupo que perseguia a sua vítima, inclusive, haviam profissionais da segurança pública que portavam as suas armas e o cenário poderia inclusive ser fatal. A aluna recebia apelidos pejorativos e de alta reprovação social, e ao falar imediatamente era interrompida com a frase “e ele pensa, uuuuu?” em seguida as gargalhadas tinham ar maléfico. O silêncio dos demais, não se sabia se era medo ou anuência com a discriminação sexual. Esse fato ecoava pelos corredores da instituição.

Esse panorama faz-se necessária a menção do artigo “A Instituição Escolar e a Violência” (Sposito, 1998) onde retrata claramente que existe um tipo de violência que nasce no ambiente escolar e que pode ter relação direta com todos os envolvidos no espaço pedagógico e alunos no processo de exclusão. No caso a aluna estava na posição de vítima direta por ser lésbica e o tratamento designado a ela por nove alunos era normal.



No primeiro contato, de imediato a professora esclareceu sobre o que seria violência, discriminação, preconceito e as medidas legais e penais sobre o tema. Procedeu comunicação imediata e encaminhamento da aluna para o núcleo de psicologia e fez as comunicações para as autoridades da instituição de ensino para a tomada de providências e com essas atitudes o espaço da violência diminuiu. Conhecer o PDI, PPI e o PPC da instituição<sup>5</sup> foi fundamental para a compreensão dos passos administrativos.

A aluna agredida passou a se sentir mais segura e outras alunas passaram a se relacionar e manter o ritmo normal de respeito que é esperado em um ambiente de aprendizagem. Os alunos agressores em nenhum momento esboçaram arrependimento, em contrapartida, paralisaram com as agressões. O final inesperado foi a composição de uma semana acadêmica voltada à diversidade sexual.

### **3 PROPOSTA DE ATIVIDADE COLABORATIVA PARA ERRADICAR A DISCRIMINAÇÃO SEXUAL**

Os professores que neste trabalho expressam as suas experiências desenvolveram propostas de atividades, para o ensino fundamental, médio e superior, que visa trabalhar o combate à exclusão e desigualdade social, respaldados nos Direitos Humanos e a empatia, que para Sarno (2020) consiste na habilidade de perceber o outro, muitas vezes, sem que ele precise dizer algo acerca de sua situação emocional ou afetiva. A empatia significa colocar-se no lugar do outro, sentir suas emoções. Um questionamento muito pertinente é sobre a inércia dos demais profissionais docentes, sabedores das agressões aqui contempladas, e o que motivou tal posicionamento incompatível com o que se espera de um professor.

Esta primeira atividade destina-se a adolescentes entre 12 a 16 anos e tem como principal objetivo esclarecer alguns dos principais efeitos da exclusão social por gênero, a fim de alcançar a repulsa às práticas de violência ocasionada por preconceitos. Devem ser formados em grupos pequenos, no máximo três alunos, para que possa ocorrer interação durante a atividade. Grupos numerosos podem inibir a comunicação por conta da visão patriarcal e religiosa do gênero em nossa sociedade.

O professor deve pedir que os grupos pesquisem fontes virtuais e físicas de imagens de tabus sociais, através de frases do dia a dia, que visem limitar a expressão do gênero na vida de

---

<sup>5</sup> Essas siglas correspondem respectivamente a PDI - Plano de desenvolvimento institucional, PPI - projeto pedagógico institucional e PPC - projeto pedagógico de curso



cada indivíduo. O professor deverá orientar, exemplificando: “Isso não é coisa de mulher”, “filho de peixe peixinho é”, “homem não chora”, “rosa não é cor de homem”, entre outros.

Durante a apresentação das figuras, o professor deverá provocar a capacidade crítica reflexiva do aluno se existe lógica nos dados localizados, questionando: existe lógica para essa afirmação? Essa afirmação pode ser aplicada para todas as pessoas? Existe verdade absoluta nisso, por que? É necessário observar o universo de crença ao qual cada um está inserido, pois essa condição é importante para saber os fatores determinantes comportamentais. Os dados localizados são embaralhados e redistribuídos para outras equipes.

A segunda parte da dinâmica, o professor pede a cada equipe relacionar sensações, através de gravuras, podendo ser: raiva, alegria, dúvida, entre outras expressões faciais ou corporais que podem ser coladas ao lado de cada frase. O professor finaliza com cada equipe se manifestando com as frases alheias, coletadas em primeiro momento e com gravuras ou fisionomias que expressam reações daquelas frases na vida dos indivíduos e cada se expressa sobre a frase e a possibilidade dos resultados de desconstruções de gênero, que podem ser aplicadas no dia a dia.

O professor deve realizar a terceira fase esclarecendo questionando sobre o que o aluno pensa da sensação da gravura escolhida. A conclusão da atividade se dá com a conceituação técnica de gênero e quais são os efeitos da discriminação e preconceito, devendo também apresentar o princípio da dignidade da pessoa humana, nos ditames do artigo 1, inciso terceiro da Constituição Federal brasileira, bem como artigo 5º (BRASIL, 1988), explicando a igualdade esculpida.

Para o ensino superior, deve-se socorrer às disciplinas humanas, sociologia e filosofia, por exemplo ou aquelas que lidam com a saúde e o cuidado das pessoas. Uma prática muito bem-vinda é o exemplo e reflexão de mediações, onde o professor precisa ter uma sensibilidade de focar nos pontos de tensão e inverte-los: pôr a vítima no lugar de agressor e o agressor em posição de vítima, ou mesmo daquele que a defende, com isso busca-se provocar a empatia dos personagens, despertando inclusive a sororidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os relatos de experiência ora apresentados são dois exemplos que os espaços escolares estão submetidos quando o assunto é violência e sobre a questão caminha sobre a sombria



intolerância sexual, é necessária atenção peculiar, principalmente por se tratar de uma particularidade da essência humana.

Desenvolver esse trabalho na segurança científica aliada ao empirismo, se faz de grande alerta para os perigos desconstrutivos que as relações sociais podem atingir: aquilo que se pensa ser pode ser o motivo de exclusão social, atingindo esferas protegidas pelos nossos direitos máximos, fundamentadores de nossa liberdade. As atividades aqui propostas são ferramentas que auxiliam na relação aluno-professor, tornando o aprendizado um campo menos tenso de se trilhar o aprendizado e respeitando as diretrizes da dignidade da pessoa humana, além de perseguir a educação inclusiva.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2022.

BOURDIEU, Pierre; PASSERION, Jean Claude. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio do Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1992.

CANDAU, Vera Maria; LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das Graças. Escola e Violência. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

DI SARNO, Elaine. Empatia: palavra de ordem para 2021. Disponível em: <<https://topview.com.br/self/artigo-empatia-palavra-de-ordem-para-2021/>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

SPOSITO, M. P. A Instituição Escolar e a Violência. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.104, PP 58-75, Jul 1998. Disponível em <[www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos)>. Acesso em: 9 de nov. 2022.



# A TEMÁTICA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-ITUIUTABA/MG

José Carlos Quirino<sup>6</sup>  
Geovanna de Lourdes Alves Ramos<sup>7</sup>

## RESUMO

A pesquisa investigou como a temática indígena é referenciada nos livros didáticos, em específico, nos materiais utilizados pelos professores na disciplina de História da Educação de Jovens e Adultos EJA PNLD 2014/2016. Esse tema nos instigou a cursar as disciplinas de Estágio em instituições escolares na cidade de Ituiutaba/MG. Nessa direção elegemos uma análise da legislação brasileira, especificamente a Lei Federal nº 11.645 sancionada em 10 de março de 2008, como também historicizamos a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Entretanto, frente à dificuldade de encontrarmos obras específicas e direcionadas para a modalidade da EJA utilizamos os livros que são trabalhados pelos professores no ensino médio da educação básica; na perspectiva de analisar os conteúdos apresentados e as propostas de atividades para os alunos. Para tanto, analisamos textos, imagens iconográficas, e sequências didáticas relacionadas à cultura indígena para refletirmos como o tema é ministrado em instituições escolares. Os resultados da pesquisa demonstraram que mesmo com a obrigatoriedade da respectiva legislação, sobre a inclusão da cultura e imagem do indígena brasileiro, o que predomina é o discurso da ideologia dos setores dominantes e o eurocentrismo.

**Palavras-Chave:** Indígenas. Livro didático. Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ensino de História.

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo das observações e intervenções possibilitadas pela disciplina Estágio Curricular Supervisionado nas aulas de História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) identificamos que o estudo referente às culturas indígenas ainda é muito lacunar no ensino escolar, mesmo com a elaboração da Lei 11.645/08. A Lei Federal nº 11.645 foi sancionada em 10 de março de 2008 que altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, modificando a Lei Federal nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que determinou a obrigatoriedade da inclusão no currículo escolar da temática História e Cultura Afrobrasileira e indígena. Com a instituição desta lei foi possível evidenciar a importância da história de duas culturas, não só a de negros e índios, como também a história da formação da nação brasileira. Mas aqui levantamos uma questão: a inclusão desse conteúdo no currículo oficial de ensino irá alcançar o verdadeiro objetivo proposto pela lei, deixando de

---

<sup>6</sup>Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU.

<sup>7</sup>Doutora em Educação. Docente do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia/UFU.



negligenciá-los no contexto histórico, dando-lhes a devida importância nos livros didáticos? Nesse sentido, vemos que a legislação desconsidera a historiografia indígena que se pauta na análise da investigação desses sujeitos no processo histórico da história brasileira.

A introdução do estudo da história e cultura indígena em instituições escolares via legislação, proporcionou uma análise, reflexão e discussão entre professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, conforme mencionamos anteriormente, os estereótipos ainda se encontram presentes nos diferentes espaços educacionais formais, informais e não formais. Anterior a Lei Federal nº 11.645 de 10 de março de 2008 temos a Constituição Federal de 1988 que segundo Bonin (2012) “produziu uma virada conceitual que alterou significativamente as relações do Estado com os povos indígenas, e essa mudança de perspectiva exigiu que se reformulassem as leis específicas sobre educação para torná-los compatíveis com princípios mais gerais” (BONIN, 2012, p.37). Mesmo com a reformulação de leis específicas sobre educação, a temática indígena nos livros didáticos não contempla a cultura, as práticas e os saberes indígenas.

Nessa perspectiva, foi realizada a primeira intervenção durante o Estágio Supervisionado II onde foi articulado um grupo focal com alunos do 6º ao 9º ano da Educação de Jovens e Adultos – EJA, do Ensino Fundamental da Escola Municipal Manoel Alves Vilela – EMMAV1 – localizada na Rua Niterói, Bairro Pirapitinga, zona periférica de Ituiutaba. Os Estágios Supervisionados III e IV foram realizados na Escola Estadual Professora Maria de Barros, localizada na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº 2940, Bairro Independência, Ituiutaba/MG. Já o Estágio Supervisionado V foi efetuado na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Governador Israel Pinheiro, localizada na Avenida Geraldo Alves Tavares, nº 1338, Setor Universitário, Ituiutaba/MG. A Escola Estadual Governador Israel Pinheiro ou “Estadual”, como é conhecida, tem 55 anos de existência. A escola é referência no ensino de qualidade, comprometimento com a educação e com a formação de cidadãos.

A instituição funciona nos turnos três turnos com a modalidade de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, Ensino Médio de 1º ao 3º ano e a EJA. Possui um total de 1500 alunos distribuídos nos três turnos, perfazendo 42 turmas; conta com uma equipe de 65 professores, trabalhando com o sistema de ensino seriado. O que foi percebido durante todo o estágio é que nas discussões em sala de aula referente à cultura indígena, observamos que os alunos tinham uma visão distorcida sobre a história dos povos indígenas. Por esse motivo foi realizado um grupo focal na EMMAV que resultou no trabalho de intervenção a partir de problemáticas que foram levantadas no decorrer das apresentações. Essa atividade consistiu na projeção de



imagens que abordavam questões polêmicas da contemporaneidade, tais como: racismo, homossexualidade, indígenas, religião, guerras, nordestinos e movimentos sociais. A cada imagem projetada os alunos deveriam nos dizer qual era o seu entendimento a respeito e assim dava início ao debate sobre os temas propostos. Dentro dos temas acima descritos o que deixou a discussão mais acalorada foi o tema sobre indígena, em que as representações que os alunos tinham sobre o sujeito socialmente conhecido como indígena era totalmente preconceituoso, equivocado, discriminatórios e etnocêntricos, formas que foram construídas historicamente no decorrer de sua formação, o que de certa maneira faz parte do imaginário da grande parte da população.

Diante da análise feita após a realização da atividade com os alunos, buscamos desenvolver um Projeto de Intervenção Pedagógica através da Metodologia da Problematização, para desconstruir padrões de poder assentados na cultura ocidental, firmada epistemologicamente no processo histórico da colonização e que ainda persistem nas mentalidades hierarquizadas de poder do sistema patriarcal do homem branco. Durante a execução da intervenção, verificamos a necessidade de entender o aluno como um ser político, produtor de cultura, capaz de ser, ler e falar do mundo com o qual ele aprende no seu cotidiano, observando os saberes da vida, vendo o outro como um ser capaz e em constante transformação.

No momento da escolha do tema tínhamos a intenção de realizar entrevistas com os professores e alunos na compreensão de refletir acerca do olhar que os mesmos têm sobre os conteúdos e as atividades referentes ao indígena brasileiro nas obras didáticas. O interesse em centrar este estudo em relação ao ensino da EJA surgiu durante os estágios supervisionados em que ficou constatado que pouco era discutido sobre os fatores que envolvem os objetivos da Lei 11.645/08, fazendo-se necessário uma reflexão para entendermos o motivo pelo qual um tema tão relevante não era tratado em sala de aula. Para compreendermos os possíveis deslocamentos epistemológicos que por ventura tenha ocorrido após a promulgação da lei para inclusão da História Afro-brasileira e Indígena nos livros didáticos, iniciamos uma investigação sobre a aceitação desta temática no currículo escolar do Ensino Médio da EJA; com isso, começamos a fazer levantamentos sobre os livros didáticos utilizados por professores das escolas públicas de Ituiutaba/MG. Visto que, após a instituição da lei, a expectativa era que se promovesse uma educação de qualidade, voltada para a diversidade cultural, em que a educação estaria empenhada nos estudos das origens da nação brasileira, pois devido às características físicas de um indivíduo tais como, a cor da pele ou crença, os negros e os índios foram alvos de uma visão estereotipada que chegou à América com o homem heterossexual, branco, patriarcal, cristão,



militar e capitalista europeu. O objetivo principal da ‘colonização’ do Brasil era a exploração comercial, e assim, mesmo após séculos depois da chegada dos europeus em terras brasileiras, ainda se encontram arraigados em nossos costumes condutas racistas de menosprezo à cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros, e que de certa maneira ainda era estudada nas escolas de forma deturpada, tudo isso, devido ao eurocentrismo e das crueldades decorrentes da ‘colonização’.

Entretanto, nesse período, a expansão territorial europeia “reconheceu a existência de povos diferenciados, declarou-lhes guerra e impôs-lhes a escravidão, legislando no sentido de integrar os indígenas que capitulassem às propostas dos colonizadores pelo casamento, pela catequese ou pela assimilação como ‘trabalhadores livres’” (MARÉS, 2002, p. 49). Durante a colonização do Brasil os jesuítas foram os agentes responsáveis pela educação dos indígenas, pois tinham a incumbência de doutrinar a fé e a instrução desses povos. No século XVIII, com a expulsão dos jesuítas do país, toda a estrutura que havia sido estabelecida para a educação foi desorganizada e instalou-se o diretório Pombalino. No Brasil, como em vários países da América Latina, as antigas elites — formadas por oligarcas com influências liberais — acostumaram-se a ver na educação “a alavanca do progresso”. Assim, tomaram o tema do analfabetismo e despejaram rios de retórica. Diziam que o País jamais poderia encontrar seu caminho e a democracia jamais poderia ser uma realidade enquanto tivermos uma alta proporção de analfabetos. A “ignorância” e o “atraso” eram duas faces da mesma moeda. Palavras, muitas palavras — e por certo alguma verdade — mas nenhuma ação. Depois da crise do regime oligárquico em 1930, seus herdeiros, políticos de classe média, muitas vezes seguiram com a mesma temática e com a mesma inação.

Depois de 1945, os grupos de direita voltaram ao assunto, mas agora para justificar a tradicional exclusão dos analfabetos do processo eleitoral e para atacar os populistas afoitos que algumas vezes pressionavam para atenuar o rigor das seções de registro eleitoral e ampliar a massa de votantes. (FREIRE, 1967, pp. 12-1). Desta maneira podemos observar que a partir de 1945 a educação básica para adultos começa a se estruturar no país, visto que grandes transformações começam a acontecer, tais como a urbanização que foi impulsionada pela indústria, o que fez aumentar a migração para as cidades e com isso a queda da economia agrária. Assim, a EJA começou a ser implantada, com o objetivo de suprir a mão de obra para atender as necessidades no processo de industrialização; por essa razão, seu papel não era preparar cidadãos com raciocínio crítico, mas mão de obra barata que fosse capaz de atender as demandas existentes na indústria daquele período. Nos anos 40 do século XX, a EJA não tinha



como objetivo principal formar cidadãos críticos, mas pessoas capacitadas para suprir as necessidades do mercado de trabalho.

Supomos que nos dias atuais a que a prioridade nesta modalidade de ensino está no processo de aprendizado, apesar do material didático ainda ser raro para a EJA e os professores terem que produzir seus materiais para atender as necessidades das turmas, esses alunos conseguem mesmo que de forma simplificada ter acesso às informações sobre as questões sobre diversidade cultural o que agrega em muito na sua aprendizagem, fazendo com que eles tenham uma visão crítica do que estão vivendo.

Na visão de Mello (2013), em que pese essa dificuldade, entendemos que é fundamental, para se estabelecer um novo olhar sobre a produção didática da EJA, considerar, não apenas as produções destinadas às escolas, professores e alunos da EJA - seja as elaboradas por ações de governo ou dentro dos movimentos sociais -, mas também as produções didáticas elaboradas no meio escolar, por docentes e estudantes, como expressão de suas formas de apropriação e elaboração do conhecimento escolar. (MELLO, 2013, p. 105). Mello (2013) ressalta a importância de articulação sobre a produção de materiais didáticos para a Educação de Jovens e Adultos entre várias instâncias, ou seja, na participação efetiva da comunidade escolar, espaço onde ocorrem as práticas e os saberes na relação professor e aluno por meio do ensino e aprendizagem.

De acordo com Da Mata (2017) a EJA é, além de complexa, tensa, e carente, no que diz respeito às demandas formativas. Pauta-se na lógica do aligeiramento, na redução e superficialização dos conteúdos, na certificação rápida; ações que se prestam prioritariamente a contribuir com a elevação da escolaridade nacional da população apenas nas estatísticas oficiais. As aulas de História resumem-se em duas aulas de 45 minutos ao longo da semana, o que implica em desafios para o professor em desenvolver um ensino de qualidade que possa contribuir na formação crítica dos estudantes. Dessa maneira, é imprescindível a necessidade de contar com materiais didáticos de qualidade, particularmente o Livro Didático. Bittencourt (2008), afirma que o Livro Didático é um material complexo, visto “que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos na sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares” (BITTENCOURT, 2008, p.301). Destaca que sempre foram avaliados, e de forma recorrente são criticados e muitas vezes considerados os culpados pelas mazelas do ensino de História, e que o livro didático é, de fato, um tema polêmico. Bittencourt (2008), ainda questiona sobre a possibilidade de existir um livro didático



ideal, visto que o mesmo possui limite, vantagem e desvantagem como os demais materiais dessa natureza e é nesse sentido que precisa ser avaliado.

## 2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No atual contexto faz-se necessário ponderar a forma como temáticas relacionadas à educação para as relações étnico-raciais estão presentes no Livro Didático, ou seja, se rompem com a perspectiva eurocêntrica e/ou se apresentam como protagonistas da sua cultura no processo histórico. Apesar da influência europeia ainda ser presente em nossa sociedade, alguns costumes europeus vêm sendo desconstruídos; alicerçados num complexo estudo sobre as origens da cultura indígena, onde vemos que houve uma adaptação do indígena aos costumes do homem branco. Porém, frente às adaptações culturais e até mesmo pela própria miscigenação com a população branca, parte desta sociedade têm rompido com o preconceito originado ao longo dos séculos. Mas somos capazes de observar que, a afirmação de que a imagem das populações autóctones do território que hoje definimos como brasileiro foi construída – tanto pela historiografia mais tradicional, quanto pelos livros didáticos que a reproduzem, de modo simplificador e estereotipado já não se constitui mais em matéria de discussão. “Pode-se também dizer, por outro lado, que os historiadores investem hoje um grande esforço em revisar estas considerações, na constituição do que se tem chamado de uma “nova história indígena”. (MARTINS, 2009, p. 154).

Dessa forma, compreendemos que o ensino de história passou a ter um papel, uma responsabilidade, como campo do conhecimento capaz de mobilizar os sujeitos, seus saberes e ações para a construção de um novo sentido em relação à história tradicional, rompendo com as amarras do eurocentrismo que produziram concepções distorcidas e estereotipadas sobre a história e cultura da África, dos afro-brasileiros e indígenas no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa investigou como a temática indígena é referenciada nos livros didáticos, em específico, nos materiais utilizados pelos professores da disciplina de História na Educação de Jovens e Adultos. Entretanto, frente à dificuldade de encontrarmos obras específicas e direcionadas para a modalidade da EJA utilizamos livros que são trabalhados pelos professores no ensino médio. Para tanto, analisamos textos, imagens iconográficas, e sequências didáticas relacionadas à cultura indígena para refletirmos como a cultura indígena é ministrada e trabalhada com os alunos no ensino de História em instituições escolares.



## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BONIN, Iara Tatiana. Educação Escolar indígena e Docência: princípios e Normas na Legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luiza Merino de Freitas (Orgs). Povos Indígenas & Educação. 2ª Ed. Porto Alegre, 2012.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.  
MARTINS, Maria Cristina Bohn. As sociedades indígenas, a história e a escola. Antíteses, vol 2, n. 3, jan-jun de 2009.

MELLO, Paulo Eduardo Dias de. Um novo olhar sobre a produção didática da EJA: as produções do meio escolar. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, Vol. 1, nº 1, 2013.



## ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO/GO: O ALUNO DO CAMPO NA ESCOLA URBANA.

Hellen Pollyanna Vieira  
Geovanna de Lourdes Alves Ramos

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o deslocamento de crianças e jovens do Assentamento Antônio Conselheiro para estudarem em um colégio urbano localizado na cidade de Novo Planalto/GO. É fundamental entender esse processo, pois a saída desses estudantes para outro lugar requer uma dificuldade de locomoção, de um enfrentamento por parte dos alunos, de suas casas até o colégio, como também o retorno do colégio até às suas casas. Nessa direção, as crianças e jovens não têm um aprendizado voltado para a realidade vivenciada no campo. Os materiais escolares e a cultura escolar não se adequam à realidade e vida desse público. Esse processo de saída do assentamento para instrução em área urbana também propicia um ‘embate’ nas relações entre esses adolescentes tanto com o professorado, os alunos da cidade e a população urbana.

**Palavras-Chave:** Estudo. Jovens. Enfrentamento. Cultura escolar. Relação campo-cidade.

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o deslocamento de crianças e jovens do Assentamento Antônio Conselheiro para estudarem em um colégio urbano localizado na cidade de Novo Planalto/GO. É fundamental entender esse processo, pois a saída desses estudantes para outro lugar requer uma dificuldade de locomoção, de um enfrentamento por parte dos alunos, de suas casas até o colégio, como também o retorno do colégio até às suas casas. Essa problemática em torno da educação dentro do assentamento nos instiga, visto ser um tema que temos problematizado no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Quando nos deparamos em um curso voltado para o Campo, imaginamos uma forma de lutar ainda mais por interesses da Terra e da Educação no Campo, uma forma de melhorar essa saída até o Colégio, pois esses sujeitos do campo não tem escola dentro do Assentamento. Uma das autoras faz parte da comunidade de assentados no Assentamento Antônio Conselheiro, e vivencia as dificuldades desse processo.

Nesse sentido, iniciamos algumas reflexões sobre qual papel que o colégio desempenha na vida do sujeito do campo, quando se trata do processo de incluir e acolher dentro de seu espaço sócio educacional, tendo o cuidado em atentar para os pressupostos de vivência que este educando está inserido. Ao se desmembrar de suas origens, do seu lugar de pertencimento, para ir à busca de sonhos, esse desmembramento pode lhe causar um impacto de realidades diferentes; conflitos internos por conta da visão de mundo que passa a ter em relação à sua realidade vivida e agora e agora ao que terá de enfrentar.) É necessário lançar um olhar para a



sensibilidade desse aluno, o outro, com sentimento humanizado, respeitando seus saberes. Assim, algumas questões nos instigam a refletir sobre o deslocamento dessas crianças e jovens para um colégio urbano: Quem são esses alunos? Como se sentem ao estudarem fora do assentamento? Como se dá o deslocamento diário para estudarem na cidade? O colégio tem proporcionado um processo de ensino-aprendizagem adequado para a realidade desses alunos? Essas reflexões permeiam a pesquisa.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A Educação do Campo tem sido um debate contínuo das esferas das políticas públicas educacionais, em que as especificidades dessa modalidade nos levam a uma reflexão da dimensão social, identidade, valores, crenças e condições de exclusão social, que os alunos vivenciam. Com as transformações socioeconômicas e o avanço da tecnologia a questão comportamental dos alunos do campo é questionada pelos professores. Até por entender que a identidade do cidadão é caracterizada por ações, atitudes, saberes socioculturais, sentimento de pertencimento que determinam suas origens, suas raízes.

O povo do campo tem sua cultura fundamentada num legado de riqueza, voltados para a religião, culinária, trabalho, crenças, entre outros, sendo que esse conjunto de saberes e a diversidade sociocultural causam um impacto, ou choque cultural quando esse aluno migra do campo para a cidade. O presente projeto pretende contribuir na reflexão sobre “O aluno do campo na Escola Urbana”, os caminhos e desafios traçados por ele, a busca pelo saber e seu processo de inclusão na escola urbana. Esse tema é ao mesmo tempo instigante como inédito. Isso pelo fato de que não encontramos muitas pesquisas que transitam por análises próximas das nossas. Entretanto, essa pesquisa se torna inédita”, já que não há pesquisas sobre a saída de crianças e jovens do assentamento para estudarem na cidade.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO**

Nesse sentido, nesta pesquisa será significativo nos atermos às definições de Raymond Williams que analisa a cultura em movimento de inter-relações dinâmicas e desenvolve os conceitos de dominante, residual e emergente: O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente.

Assim, certas experiências, significados e valores que não se podem expressar, ou



verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados à base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social e cultural anterior (WILLIAMS, 1979, p. 125). Visto que os alunos estudam em um colégio urbano, será fundamental entender as experiências que eles travam no dia a dia com os outros sujeitos da/na cidade e se a espacialidade de um colégio urbano interfere ou não nas relações entre eles. Ressalta-se que pelo fato de frequentarem a mesma instituição não significa que as tensões, os conflitos, e a luta pelo pertencimento são tranquilas. Se os alunos do campo se sentem pertencentes ao colégio, (re)apropriam-se dele e de seus espaços e o transformam em seu benefício.

Dessa forma, será possível problematizar como esses alunos produzem seus espaços na cidade de Novo Planalto, numa relação de troca e de disputa. Ou seja, os viveres das pessoas são contraditórios e tensos, partem de suas práticas, vivências e experiências cotidianas. Para Thompson, o termo cultura: [...] precisamos ter cuidado quanto a generalizações como „cultura popular“. [...] Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos [...] (THOMPSON, 2005, p. 19). É esse cuidado que devemos tomar nas análises do conceito de cultura. Deve-se entender que ela é construída dentro de conflitos que tem a sua historicidade. Os modos de viver desses jovens estão presentes no campo e suas experiências serão fundamentais para compreender o significado do deslocamento deles para estudarem na cidade como uma experiência humana [...] como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida, tratam “essa experiência em sua consciência e sua cultura (THOMPSON, 1981, p. 182).

#### **4 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

**Objetivo Geral:** O objetivo geral desta pesquisa é analisar a saída dos sujeitos-alunos do Assentamento Antônio Conselheiro/GO para estudarem no Colégio Ana Maria Torres, localizado em Novo Planalto/GO. Nossas preocupações transitam nas seguintes reflexões: como os sujeitos-alunos e suas famílias veem esse deslocamento, e se esse colégio proporciona um processo de ensino aprendizagem na realidade desses sujeitos do campo.

**Objetivos Específicos:** Quem são esses sujeitos-alunos; Analisar como a família e os sujeitos-alunos veem essa saída do assentamento para estudar em um colégio urbano; Como o colégio recebe esses alunos do campo.



## 5 CONSIDERAÇÕES

A Educação do Campo nasceu dos pensamentos, desejos e interesses dos sujeitos do campo, que nas últimas décadas intensificaram suas lutas, espacializando-se e territorializando-se formando territórios concretos e imateriais, constituindo comunidades e políticas, determinando seus destinos na construção de suas ideologias, suas visões de mundo. (ARROYO, 2005, p. 10)

Nesta pesquisa analisamos as experiências dos diferentes sujeitos sociais do Assentamento Antônio Conselheiro-GO, a partir de suas vivências, cultura, sobrevivência e educação. As experiências e vivências dessas pessoas, dentro e fora do assentamento, nos permitiram entender os embates vivenciados no dia a dia em busca de uma vida digna do que é de fato legitimado como ser humano. Nesse processo, vimos que a temática educação tem sido uma problemática que os assentados tentam solucionar fora da sua realidade de vida, desvinculada com as suas práticas diárias.

Essa questão, sobre a Educação no/do Campo, tem sido alvo de nossas discussões, bem antes de ingressarmos no curso. Esse assunto permeia nossas lutas desde o acampamento, em que, preocupávamos com o destino educacional das crianças, dos jovens e adolescentes. A Educação do Campo tem como princípio contemplar um ensino voltado para a realidade de seus alunos, onde o conteúdo curricular e as metodologias de ensino do professor devem ser apropriados às necessidades e interesses dos sujeitos do campo, valorizando dentre outros aspectos, a cultura e o modo de vida da criança, do jovem e adolescente que vive na zona rural. Entretanto, não é a realidade vivenciada pela comunidade no assentamento, pois os jovens saem de suas casas, muito cedo, sem almoço ou até o café da manhã para estudarem na cidade mais próxima. Uma realidade esquecida que nos fez pensar e viver cada momento, na intencionalidade de perceber como a juventude vence o preconceito dentro da escola urbana. Esses alunos, que vivem no assentamento enfrentam a imposição do meio, por serem vistos como os Sem Terras, pela população local. Como não bastasse isso, na escola também sofrem discriminação dos colegas e de alguns professores, em que são denominados alunos Sem Terra, na perspectiva de distinguir quem é quem dentro da instituição escolar.

Entretanto, esses alunos driblam essa realidade, e ocupam o espaço por meio da resistência, persistência e luta. Apesar das inúmeras dificuldades, tais como o deslocamento para a escola da cidade, as condições financeiras dos assentados, a falta de material didático adequado para a realidade do campo, pode-se analisar pelas narrativas o desenvolvimento educacional dos alunos, na adequação dos conteúdos à realidade em que estes estão inseridos.



Por fim, constata-se que ocorre uma evasão desses alunos do campo na escola urbana, pelo fato de darem apoio familiar com o trabalho braçal na roça. Outros resistem na tentativa de recuperar algo que pensava ser esquecido, mas que permanece vivo na memória.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Formação de educadores do Campo. Mimeo, Brasília. DF. 2005.  
BATISTA, Elza Carneiro; MAZON, Marcia da Silva. Trajetórias escolares de jovens assentados: estudo em Arinos/MG. Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política. v. 14, n°31, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n31p200> Acesso: 21/09/2020.

FERREIRA, RICARDO. Estudando na cidade eles querem o quê? Sentidos de escolarização no Assentamento Olga Benário de Ipameri-GO. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. 2015.

FILGUEIRAS, Gercina Alves. Desafios da agricultura camponesa e estratégias de resistência territorial no Assentamento Antônio Conselheiro no Município de Novo Planalto – Goiás. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL). 2007.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro e Vera Helena Prada Maluf. Projeto história. São Paulo: Educ, n°. 14, fev. 1997.

STAMATTO, Maria Inês S. A fotografia em pesquisas históricas. In: ANDRADE, João Maria Valença; STAMATTO, Maria Inês S. (Orgs.) História ensinada e a escrita da história. Natal-RN: EDUFRN, 2009.

THOMPSON, E. P. 'Prefácio'. In: Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. Padrões e Experiências. In: A formação da classe operária inglesa. V. II, São Paulo: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. Consciência de Classe. In: A formação da classe operária inglesa. V. I São Paulo: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. O termo Ausente. In: Miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WILLIAMS, Raymond. Dominante, residual e emergente. In: Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.



# A MULHER TRABALHADORA NEGRA E A INFORMALIDADE LABORAL: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UMA PERIFERIA DE FORTALEZA-CE

Maria Vitoria Silva Cardoso<sup>8</sup>  
Jacqueline Britto Pólvora<sup>9</sup>

## Resumo

As experiências da mulher negra e trabalhadora informal contam experiências que envolvem tanto a alegria de trabalhar em algo que se sente feliz, como situações opressivas. Durante a história colonial e pós-colonial nota-se como a população negra foi expulsa de espaços públicos, trabalhos formais e da vida em cidadania, na atualidade percebe-se como estas questões se configuram a partir da experiência da mulher negra. Neste artigo será discutido as questões voltadas ao feminismo negro, história da mulher negra e o trabalho informal e os movimentos feministas e a mulher negra com o objetivo de compreender a trajetória da trabalhadora negra após o fim da escravização até o presente momento, com falas de uma interlocutora e vendedora ambulante de Fortaleza-CE, chegando à conclusão que o trabalho informal para pessoas negras, principalmente para a mulher, remontam situação históricas coloniais de violência e opressão.

**Palavras-chaves:** mulher negra; Trabalho Informal; Pós-colonialismo

## 1 INTRODUÇÃO

A vivência da mulher trabalhadora negra traz delineamentos relacionados a violência colonial e racismo, esses dois pontos se tornam presentes não apenas na leitura de autoras feministas negras, mas na própria experiência de mulheres trabalhadoras informais, desse modo, busca-se neste artigo evidenciar a trajetória da mulher negra e trabalhadora informal fomentando a discussão a partir do relato da experiência de uma interlocutora da pesquisa.

Este trabalho foi elaborado em consequência de um recorte de outra pesquisa de minha autoria sobre mulheres trabalhadoras informais em uma periferia de Fortaleza-CE. Na pesquisa citada, realizei entrevistas com mulheres negras, brancas e pardas. Entretanto, com os relatos de uma entrevistada negra revelou a instigação e necessidade de buscar mais informações sobre

---

<sup>8</sup> Maria Vitoria Silva Cardoso; Bacharela em Humanidade, bacharela em antropologia, ambas na UNILAB; Especialista em Docência do Ensino Superior pela UniAmérica; Mestranda no Programa Interdisciplinar em Humanidades pela UNILAB; Baturité – Ceará. E-mail: vitoriocardosoantropologia@gmail.com

<sup>9</sup> Jacqueline Britto Pólvora; PHD. em Antropologia Social pela University of Texas at Austin (2006), com especialização em Estudos de Diáspora Africana. Mestre em Antropologia Social pela UFRGS, e graduação em C. Sociais pela PUCRS. Tem experiência na área de Antropologia Urbana, com ênfase nos seguintes temas: gênero, racismo e exclusão social nas cidades, gênero, trabalho informal e desenvolvimento em países do hemisfério Sul, especialmente em África e América Latina. Atualmente é professora da UNILAB no Ceará, além de colaboradora da Universidade do Cabo Verde, onde também orienta alunos de Mestrado. Professora do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB. Desenvolve pesquisa sobre vendedoras ambulantes e as transformações urbanas em cidades de países africanos de língua oficial portuguesa e cidades latino-americanas. E-mail: jacquepolvora@unilab.edu.br



as experiências de mulheres negras com o trabalho informal, visto que se notou diferenças em relação as interlocutoras brancas, tanto históricas em termos de escravização, racismo e exploração quanto na própria experiência das trabalhadoras pretas entrevistadas.

Neste artigo se utilizou da pesquisa qualitativa fazendo uso de um relato de experiência de uma interlocutora da periferia de Fortaleza-CE em relação ao trabalho informal. Foi utilizado um questionário semiestruturado e um gravador de voz durante a entrevista realizada no bairro Vila União na cidade de Fortaleza. Os procedimentos metodológicos do estudo perpassam por uma discussão histórica utilizando-se de bibliografias encontradas em periódicos, livros e revistas com autoras renomadas, a saber: Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1980), Angela Figueiredo (2020), entre outras sobre o trabalho da mulher negra no Brasil, o desenvolvimento da informalidade e as falas da interlocutora, neste sentido, no decorrer da pesquisa os três tópicos do trabalho foram conjuntamente debatidos a fim de compreender a trajetória da mulher negra e o trabalho informal em Fortaleza.

## **2 Mulheres Negras e a Informalidade no Brasil**

Neste tópico será apresentada a interlocutora da presente pesquisa. Para proteção de dados sobre a pessoa entrevistada utilizarei nomes fictícios para ela e para sua família. A partir da apresentação da sujeita da pesquisa serão propostas algumas discussões a partir do diálogo entre sua experiência e as autoras utilizadas neste artigo com a intenção de identificar pontos em comum e peculiaridades entre as falas das autoras e a experiência da entrevistada.

Raiane é moradora do Planalto Universo há 15 anos. Trabalha como vendedora ambulante há cerca de um ano. Filha de Joélia e Natan, só mantém contato com a mãe. Nascida em Fortaleza, tornou-se vendedora logo após ser demitida de seu antigo trabalho de doméstica em uma casa. Teve uma infância calma e boa com sua família. Nessa época morava com seu avô e outros parentes da família, até completar 14 anos. Apesar de não ter uma boa relação com seu avô, fala de suas memórias brincando com seus primos e amigos naquela época. Seus vizinhos também eram parentes da família, não costumavam trabalhar em empregos de carteira assinada, eram sempre trabalhos avulsos, por conta disso, sempre se considerou alguém de classe média baixa. Sua única experiência em trabalhos com carteira assinada foi como repositora em um supermercado durante o terceiro ano do ensino médio. Acredita não ter aproveitado bem a oportunidade de ter continuado neste emprego, mas hoje acredita que leva uma vida mais tranquila. Também já trabalhou como doméstica por um período longo, mas fala



sobre como sentia medo de arrumar as casas de onde já trabalhou e como no começo sentia medo de não fazer da forma certa. Sua mãe também trabalha como doméstica e seu pai, que não mantém contato, até suas últimas notícias, trabalhava com atividades criminosas como estelionatário. Raiane, se autodeclara como mulher negra e fala sobre suas experiências enquanto trabalhadora doméstica:

Meu trabalho que eu tive antes desse que eu trabalho... Que era doméstica. Aí era... eu não soube. Eu não tive para onde correr, eu só consegui crescer nesse trabalho que eu estou agora. Com as coisas que eu posso fazer. Mas antes não. Eu não pude dizer que tive boas experiências não. Porque tipo, eu não cuidava do meu dinheiro e tal. (Raiane, vendedora ambulante, 23 anos).

Raiane não sentia que teve boas experiências em seu trabalho anterior, como doméstica. É interessante relacionar a fala de Raiane com os escritos de Angela Davis sobre as trabalhadoras domésticas, principalmente quando Raiane fala que não sentia que podia crescer no serviço doméstico, pois assim como é colocado por Davis, historicamente a experiências de mulheres negras no trabalho doméstico se via repleto de inseguranças. Além disso, o sentimento de “não ter para onde correr” dito por Raiane em precisar mudar de profissão, relacionando os perigos, inseguranças, relações de patrão e empregada doméstica, foram motivos para Raiane se sentir realizada apenas na profissão atual, como vendedora ambulante. Não obstante a isto, sentir que não podia crescer naquele trabalho remete muito a história de mulheres negras contada por Angela Davis (2016) que de suas poucas possibilidades de emprego a que era mais comum seria o trabalho doméstico, a qual muitas mulheres realizaram a mesma atividade do começo de sua vida no mercado de trabalho até o fim.

As trabalhadoras domésticas, enquanto ocupação informal tradicional, possuem a maior porcentagem de mulheres inseridas no mercado de trabalho, com remuneração, segundo Lombardi e Araújo (2013).

A antropóloga Ângela Araújo, e a cientista política Maria Rosa Lombardi em sua publicação conjunta “*Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do século XXI*” (2013) discutem o trabalho informal e focam principalmente nas relações de gênero e raça. As autoras apresentam uma evolução do trabalho informal no Brasil entre os anos de 2001 e 2009, devido ao ingresso de mulheres, particularmente mulheres negras no mercado. A partir do crescimento na economia brasileira nos anos de 2000 a 2009, houve também um alto índice de desemprego em trabalhos formais. As autoras complementam:

(...) Isso mostra que, se o crescimento recente da economia brasileira possibilitou uma queda expressiva do desemprego, ele não foi capaz de promover a redução do trabalho



informal na mesma proporção, e de gerar empregos “decentes”, para incorporar a grande quantidade de trabalhadores/as que permanecem envolvidos em formas de trabalho precárias, desprotegidas e ilegais. As pesquisas sobre o trabalho informal têm contribuído não apenas para recolocar em novas bases o debate em torno do conceito de informalidade, como têm chamado a atenção para distintos aspectos, novas formas contratuais e relações de trabalho que se expandiram nas últimas décadas, decorrentes dos processos de reestruturação capitalista e de globalização. (ARAÚJO, A., LOMBARDI, M, 2013, p. 03).

Nestas passagens, as autoras problematizam a precariedade que se encontram alguns dos trabalhos informais e sua relação com o crescimento da economia do país. Além disso as autoras destacam a inserção feminina no trabalho remunerado, visto que os dados apresentados por elas mostram que grande parte das trabalhadoras começaram a receber salários a partir dos anos 2000, antes disso o trabalho servia como um complemento no trabalho dos seus maridos e família. Lombardi e Araújo (2013) trazem dados do IBGE que mostram que atividades formalizadas possuem mais brancos que negros. Mais da metade dos trabalhadores formais são brancos (54,6%). Enquanto mais da metade de trabalhadores informais são negros (55,70%) (ARAÚJO, A., LOMBARDI, M. 2013 P.09). Entre os trabalhadores domésticos, há maior concentração de pessoas negras, tanto homens, quanto mulheres, relacionados também entre os trabalhadores não remunerados.

### **3 MOVIMENTOS FEMINISTAS E MULHERES NEGRAS**

A primeira onda do feminismo euro americano se deu a partir do questionamento sobre a importância de falar sobre gênero, percebendo-se que por conta da opressão e negação de direitos para as mulheres são as principais motivações. Após a percepção de violência em que as mulheres se encontravam, houve a luta por cidadania e igualdade de gênero.

As mulheres e a luta contra o patriarcado foi o que iniciou a segunda onda do movimento feminista euro americano, elaborando o conceito de gênero. Esta segunda fase do movimento feminista identifica como a subordinação feminina varia com a época, lugar, de forma que haja a entendimento que a mulher é construída socialmente. A conquista do espaço público, quando as mulheres começaram a trabalhar fora junto da luta feminista da segunda onda foram de extrema importância para a emancipação da mulher. Vale ressaltar que mesmo as mulheres conquistando o espaço público, questiona-se sobre a cidade ser um ambiente feito apenas para homens, na medida que mesmo com a presença feminina na cidade, foi destacado por interlocutoras o perigo de andar nas ruas e da violência da cidade com mulheres.

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro ocorreu a partir da luta do



movimento feminista no século XX. Lutava-se pelo direito da mulher ocupar funções iguais aos dos homens e com igualdade salarial. O movimento feminista da segunda onda não foi capaz de incluir a mulher negra, na medida que desde o início das criações das colônias portuguesas as mulheres negras trabalhavam por séculos sem receber nenhuma remuneração e logo ao fim da escravização, com a política de branqueamento, não tiveram a chance de concorrer a empregos formais, precisando ocupar funções nas mesmas condições que no período escravocrata ou como prostitutas e vendedoras ambulantes, se tornando presentes principalmente em funções informais e com baixa remuneração para manter a subsistência (DAVIS, 2016).

Lelia Gonzalez<sup>10</sup> em seu livro “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*” afirma que a existência nas contradições que marcaram a trajetória das mulheres negras no interior da revolução feminista no Brasil, na medida que há uma reprodução e produção desigualdades entre mulheres brancas e mulheres negras.

A busca por igualdade das mulheres foi de grande significância na história do Brasil, resultando no alcance de muitas mulheres com cargos profissionais cada vez mais altos, entretanto estas mulheres não refletiam na realidade da massa feminina pobre e negra da periferia. Neste sentido a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e raça deu voz a uma política feminista antirracista. A interseccionalidade que o racismo encontra no sexismo na experiência de mulheres negras foi o fator divisor na luta das mulheres brancas e ricas por privilégios que só se instituem para estas (PINTO, 2006).

A exclusão e exploração de existências contra hegemônicas, além dos gêneros masculinos, cria padrões de beleza inalcançáveis numa realidade competitiva, como a “loirização”, corpo magro, alto, cabelos lisos, pele branca, traços finos. As mulheres negras, estando fora de qualquer um destes padrões sofrem opressões de gênero e raça (PINTO, 2006).

Patricia Hill Collins<sup>11</sup> em “Aprendendo com a outsider within<sup>12</sup>: a significação sociológica do pensamento feminista negro” (2016) realiza a reflexão sobre a autodefinição, autoavaliação das mulheres negras, como esta questão está ligada a opressão e qual a relevância das mulheres afroamericanas. A significação do pensamento feminista negro, no que diz respeito a estrangeira de dentro, termo que a autora usa para remeter a mulher afro-americana,

---

<sup>10</sup> Uma das mais importantes intelectuais negras no Brasil, graduada em história e filosofia. Suas obras e sua atuação políticas são voltadas para a luta contra o racismo estrutural e feminismo negro.

<sup>11</sup> Ex-presidenta da Associação Americana de sociologia, intelectual negra afro-americana, suas obras principais falam sobre feminismo negro.

<sup>12</sup> Forasteiras de dentro/estrangeiras de dentro.



que apesar de ser americana, é tratada como uma estrangeira em seu próprio país, se revela satisfatório a elite branca, proporcionando um pensamento estranho as mulheres negras sobre si mesmas, sua família e sociedade. A mulher intelectual negra, tratada como estrangeira em sua nação, ocupa uma posição marginal, mas não se faz dolorosa por conta disso, na medida que ao mesmo tempo que é desgastante para alguns, se torna estimulante para outros, como foi o caso das pesquisadoras do pensamento feminista negro.

No que tange o significado de autodefinição e autoavaliação das mulheres negras, segundo Collins (2016) desafia o processo de validação do próprio conhecimento político que resultou em estereótipos<sup>13</sup>, em contrapartida, substitui-se imagens estereotipadas definidas com imagens autênticas de mulheres.

As construções sociais das culturas de mulheres afro-americanas criam e transmitem autodefinições que são primordiais para lidar com a simultaneidade de opressões vivenciadas, juntas formam uma só cultura. O pensamento feminista negro pesquisa o processo pelo qual ideias específicas foram produzidas por um grupo singular de indivíduos, de forma que a partir da investigação do status de “estrangeira do próprio país” das mulheres negras na academia sobre o pensamento ali produzido (COLLINS, p. 13, 2016).

Angela Figueiredo (2020) é intelectual negra, antropóloga e professora da Universidade Federal da Bahia. Suas obras falam sobre a violência colonial e a urgência de epistemologias descoloniais, para assim compreendermos o epistemicídio causado pela colonização. Nos trabalhos de Angela Figueiredo é possível compreender a emergência de epistemologias decoloniais e feministas, já que ao longo dos anos as referências bibliográficas dos trabalhos acadêmicos eram majoritariamente feitas por homens brancos heterossexuais. Figueiredo também reflete sobre a gama de epistemicídios feministas da história e como isso ainda atualmente se faz presente. Figueiredo aponta:

O diálogo que proponho neste texto busca resgatar reflexões sobre os percursos teórico-metodológicos do feminismo negro realizados nos últimos anos, destacando as principais mudanças e apontando alguns fatores que contribuíram para a emergência de uma nova epistemologia feminista negra. O contexto político e social em que tais movimentos se inscrevem é, efetivamente, propiciado pelas conquistas do movimento negro a partir dos anos de 1980, atrelado às políticas sociais implementadas pelo governo petista, tais como, a expansão do número de universidades públicas e a implementação das políticas de ações afirmativas, possibilitando que um maior número de professores e alunas e alunos negros adentrassem a universidade. (FIGUEIREDO, 2020. P.03)

---

<sup>13</sup> Estereótipo: elemento central para desumanização de mulheres negras para exploração de seu trabalho (COLLINS,2016).



A proposta de Angela Figueiredo em seus trabalhos tem maior enfoque no feminismo negro e vivências de corpos negros em poemas, contos, trabalhos acadêmicos, entre outros. Em seus escritos a autora propõe dar protagonismo a personagens negras e pobres, através de suas vivências do cotidiano. A narrativa corporal feita pela autora seria colocar seu corpo como objeto de pesquisa.

A partir do resgate teórico do feminismo negro, uma das principais razões para emergência de uma nova epistemologia que contemple a mulher negra está interligada ao crescimento e diversidade do movimento feminista contemporâneo, definido também como a quarta onda do feminismo. A maré feminista negra é também uma resposta aos demais feminismos que não contemplaram a mulher preta e as práticas de epistemicídios da colonização/modernidade. Sueli Carneiro (2011) pontua a prática da destruição do conhecimento enquanto uma prática disciplinar colonial, na medida que tanto os sujeitos marcados pela raça quanto outros marcados pela classe, gênero ou sexualidade possuem elementos determinantes na construção de uma nova epistemologia que prega o contrário do discurso colonizador.

Um conceito importante para o feminismo negro é a experiência, na medida que é a base fundamental para produção de um conhecimento que não está apenas na academia, mas nas trajetórias das mulheres.

Sueli Carneiro em *“Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”* (2011) vai explicar o contexto de conquista e dominação a partir da apropriação das mulheres dos grupos minoritários e afirmação de superioridade do vencedor. Segundo a autora, a violação colonial contra mulheres negras e indígenas deu início ao Brasil e a América Latina gerando a miscigenação e a formação da identidade nacional. A partir daí o mito sobre a democracia racial latino-americano foi crescendo perante a violência sexual colonial.

A criação da identidade nacional baseada na violência colonial, segundo a reflexão de Sueli Carneiro (2011), auxilia a compreensão de episódios do cotidiano na vida de pessoas negras. Acontecimentos como violência policial e intimidações em lojas e supermercados se configuram como afirmação da superioridade branca na sociedade brasileira. Raiane, uma de minhas interlocutoras, assim como outras pessoas negras, reconhecem em vários momentos do seu dia a dia, situações de preconceito racial:

Tem essa parte né, que eu fui seguida não só lá como em vários cantos. Também em relação a abordagem, que como eu trabalho na praia de Iracema, eu não escolho público né. Eu não escolho. Aí às vezes chegam pessoas drogadas lá para comprar cerveja que eu vendo. Aí junto deles chega polícia sabe. Aí hoje os policiais já estão



mais acostumados comigo e com o Bob sabe. Mas antigamente, era pesado, porque ele abordava a gente assim, praticamente todos os dias. Mas já aconteceu assim, de eu ser abordada por homem sabe. Se fosse mulher eu ficaria quieta, era o trabalho dela, mas não acho que é o trabalho dele abordar mulher, por causa daquelas coisas todas. Aí eles já começam a achar que a gente é usuário, e mexem nas nossas coisas. Aí começam a humilhar a gente. Mas hoje em dia já é mais de boa, já é mais... como eles já estão acostumados com a gente trabalhar lá eles já conhecem. (Raiane, Vendedora ambulante, 23 anos)

A partir do relato trazido por Raiane e as colocações de Carneiro (2011), compreende-se a violência policial sofrida por pessoas negras enquanto realidade para homens e mulheres negras. É interessante a relação das falas de Sueli Carneiro com as falas de Raiane, pois a partir de sua fala acima, já é mostrado como não havia um tratamento de respeito e dignidade quando era revistada por policiais homens no trabalho. Para Sueli Carneiro, “[o] papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; a vivência sexual contra as mulheres negras foi convertida em romance” (CARNEIRO, 2011, p. 547). Afirmava assim a experiência diferenciada que mulheres negras tiveram na história, na medida que nunca foram tratadas como frágeis (no sentido de “sexo frágil”). A cultura nacional, além de não entender a luta de mulheres por trabalho, já que mulheres negras na história sempre trabalharam, valendo lembrar que faziam isso em condições subumanas e eram tratadas como objeto, de forma que a interlocutora Raiane relata sua experiência de violência no trabalho sem nenhum tratamento referente aos direitos pré-estabelecidos pela constituição. O mito da rainha do lar, musa idolatrada da mulher branca em contrapartida de mulheres negras retratadas como anti musas originou uma cultura violada, folclorização e marginalizada da mulher negra, ressaltando assim a necessidade de superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como por exemplo o racismo, na medida que estabelece a inferioridade social da população negra, principalmente mulheres. A necessidade de enegrecer o movimento feminista brasileiro advém do racismo como aspecto determinante das formas de violência sofrida por metade da população feminina do Brasil que é negra (CARNEIRO, S., 2011).

#### **4 As trabalhadoras informais negras na história do Brasil: do pós-abolição a atualidade**

A condição de vulnerabilidade da mulher negra remonta ao período escravocrata e a substituição da força de trabalho escravista por imigrantes brancos no Brasil, como política de branqueamento nacional. O impedimento de pessoas negras de trabalharem além de expulsá-las dos centros urbanos para as periferias, também reabilitou estes espaços através de dinâmicas sociais que continuariam a expulsar negros de locais públicos nos centros urbanos (VIEIRA,



2017). Desta forma, as dimensões de raça e gênero, enquanto marcadores sociais de hierarquização da posição dos sujeitos representa as desvantagens históricas que penetram a estrutura de classes, de modo que atualiza as discriminações e mantém segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas (GONZALEZ, 1988, pg. 730)

A expulsão de pessoas negras e mestiças do trabalho gerou uma ocupação maior destes sujeitos em empregos subalternos para garantia de sobrevivência. No percurso histórico do trabalho feminino, as mulheres negras desde o pós-abolição estavam ocupadas predominantemente com atividades domésticas ou em trabalhos informais. Logo pode-se afirmar que o trabalho informal está interligado à vivência da mulher negra desde o pós-bolição, na medida que foram os únicos espaços que estavam abertos para realização de atividade laboral. A condição de vulnerabilidade decorrente da interpelação entre raça, gênero e classe reflete nos serviços informais, principalmente o trabalho doméstico, com baixos salários, pouco ou nenhum reconhecimento social e fundamental na produção de práticas discriminatórias.

Segundo dados da DIESE<sup>14</sup> O número de trabalhadoras informais até o quarto trimestre de 2021 teve um crescimento de 6,6% comparado a 2019, que aumentou apenas 0,2%. O perfil destas trabalhadoras mudou, na medida que houve também uma baixa no rendimento médio. Trabalhadoras informais mais antigas poderiam receber até R\$2.074 ao mês, enquanto trabalhadoras que iniciaram no mercado informal em menos de 2 anos poderiam faturar até R \$1.434. Mulheres negras possuíam os menores rendimentos, tanto as mais novas quanto as mais antigas no mercado. Com 2 anos ou mais no mercado informal, mulheres negras poderiam faturar em média até R\$1.342, enquanto as com menos de 2 anos faturaram em média R \$994,00. Mulheres não negras mais antigas no mercado informal faturaram em média R \$2.368, enquanto as mais novas R \$1518. Estes dados ilustram um pouco da desigualdade salarial entre mulheres negras e não negras, bem como o aumento de trabalhadores informais logo após ou durante a pandemia.

É possível compreender, a partir dos valores apresentados no parágrafo anterior, que mesmo com o aumento de trabalhadores informais tanto negras quanto não negras, mulheres de cor preta recebem menos até mesmo que as novas trabalhadoras.

Angela Davis, professora, escritora e filósofa socialista estadunidense, contribuiu com várias obras indispensáveis para a compreensão da luta das mulheres negras e trabalhadoras durante a década de 1960. Em “*Mulheres, Raça e Classe*” (DAVIS, 2016, p.106) relaciona o

---

<sup>14</sup> <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoemPauta22.html> ACESSO EM 04/07/2022



conceito de emancipação da mulher negra com os trabalhos realizados por elas entre os anos de 1960 e 1980, percebendo que as trabalhadoras domésticas negras ganhavam menos que trabalhadoras imigrantes brancas, chegando até a 14 horas de trabalho por dia. Além das frequentes ameaças, riscos de serem enganadas e de não receberem o pagamento, a autora mostra os riscos de abusos sexuais pelos homens brancos das casas nas quais trabalhavam, constando como um dos maiores riscos da profissão (DAVIS, 2016, p. 100).

A condição dessas mulheres quando se recusavam a estes abusos se tornavam piores, visto que as leis estavam sempre a favor do homem branco. Concluindo assim que o conceito de emancipação dessas mulheres negras ainda não existia, visto que algumas ainda se sentiam escravas do sistema.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O diálogo realizado entre os três tópicos se deu nas evidências do trabalho informal para a mulher negra está intrinsecamente ligado ao momento histórico da pós-abolição, visto que após o fim da escravização a população negra deixou de ser a mão de obra principal do país e foi excluída tanto do mercado de trabalho como dos centros urbanos. Os relatos de experiência de Raiane trazem o sentimento de impotência em relação ao trabalho doméstico, a qual sua mãe também estava inserida e apesar de se sentir feliz no atual trabalho em que exerce também chegou a sofrer violência policial por conta que a oprimiu tanto no que diz respeito ao seu trabalho como no que tange seu gênero e sua cor.

Compreender como o trabalho da mulher negra foi compreendido a partir dos olhares de Davis (2016) ao longo da década de 60, também no ajudou a compreender a realidade violenta e perigosa para o gênero feminino negro, se relacionando novamente com o sentimento de Raiane sobre o trabalho doméstico lhe trazer esta sensação de insegurança e sem espaço para ela crescer financeiramente, na medida que por muitos anos este era o único espaço em que a população feminina negra possuía para realização de atividade laboral, mesmo que sendo mal remuneradas por isso era primordial para o sustento do lar. Esta realidade também traz à tona a luta feminista por trabalhos com cargos mais reconhecidos pela sociedade, mas que não refletia a mulheres negras, pois sempre trabalharam e mesmo assim nunca foram reconhecidas como mulheres trabalhadoras nem dignas de uma melhor remuneração ou de direitos básicos de cidadania no espaço laboral.

A relevância de refletir o percurso teórico metodológico do feminismo negro e cruzar apontada por Figueiredo e cruzar escritos com experiências de mulheres negras, aproxima o



conceito da realidade vivenciada por mulheres que nem sempre se fazem presentes em espaços acadêmicos apesar de possuir um casto conhecimento de grande valor da construção da epistemologia negra, se refletindo neste trabalho a partir da importância pessoal da interlocutora da pesquisa apontar todas as falas aqui colocadas e sentir que existem espaços, escritoras pretas que compartilham com ela vivências racistas através do trabalho.

Logo, a trajetória da mulher trabalhadora informal negra existe e reexiste desde o pós-abolição. Mesmo com situações opressoras no trabalho e pouco reconhecimento no que tange a remuneração e o olhar da sociedade para estas mulheres, continuam no mercado em busca de melhores condições de trabalho capazes de chegarem até ela e as assistirem socialmente.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho Informal, Gênero e Raça no Brasil do século XXI. *Cadernos em Pesquisa*. São Paulo, 07 ago. 2013. p. 452-477.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro; Takano Editora, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100006>.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Candiani, Heici. São Paulo, 2016. 244pp.

DIESE (São Paulo). 1 Número 22 – maio de 2022 Trabalho por conta própria cresce na pandemia e fica mais precarizado. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoempauta22.html> Acesso em: 04 jul. 2022

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 29, p. 01-24, 2020.

GONZALEZ, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. In: IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 4., 1980, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: UERJ, 1980. v. 1, p. 223-245.

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2006, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ABEP, 2006. p. 01-16



# A VIVÊNCIA DA MULHER NA CIDADE: TRABALHO INFORMAL EM UMA PERIFERIA DE FORTALEZA

Maria Vitoria Silva Cardoso<sup>15</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

A vivência da mulher trabalhadora negra traz delineamentos relacionados a violência colonial e racismo, esses dois pontos se tornam presentes não apenas na leitura de autoras feministas negras, mas na própria experiência de mulheres trabalhadoras informais, desse modo, busca-se neste artigo evidenciar a trajetória da mulher negra e trabalhadora informal fomentando a discussão a partir do relato da experiência de uma interlocutora da pesquisa.

Este trabalho foi elaborado em consequência de um recorte de outra pesquisa de minha autoria sobre mulheres trabalhadoras informais em uma periferia de Fortaleza-CE. Na pesquisa citada, realizei entrevistas com mulheres negras, brancas e pardas. Entretanto, com os relatos de uma entrevistada negra revelou a instigação e necessidade de buscar mais informações sobre as experiências de mulheres negras com o trabalho informal, visto que se notou diferenças em relação as interlocutoras brancas tanto históricas em termos de escravização, racismo e exploração quanto na própria experiência das trabalhadoras pretas entrevistadas.

Neste artigo se utilizou da pesquisa qualitativa fazendo uso de um relato de experiência de uma interlocutora da periferia de Fortaleza-CE em relação ao trabalho informal. Foi utilizado um questionário semiestruturado e um gravador de voz durante a entrevista realizada no bairro Vila União na cidade de Fortaleza. Os procedimentos metodológicos do estudo perpassam por uma discussão histórica utilizando-se de bibliografias encontradas em periódicos, livros e revistas com autoras renomadas, a saber: Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1980), Angela Figueiredo (2020), entre outras sobre o trabalho da mulher negra no Brasil, o desenvolvimento da informalidade e as falas da interlocutora, neste sentido, no

---

<sup>15</sup> Possui bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Possui bacharelado em antropologia (UNILAB). Possui curso de especialização em Docência do Ensino Superior e Metodologias Ativas de Aprendizagem (UniAmérica Descomplica). Mestrado Interdisciplinar em Humanidades em andamento pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Bolsista de pesquisa pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH); bolsista voluntária no Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação, Diversidade e Formação de Educadores Brasil/África (GEDIFE) (UNILAB) e do Laboratório Virtual de formação dos Professores (LABOVIR) – Email: vitoriocardosoantropologia@gmail.com



decorrer da pesquisa os três tópicos do trabalho foram conjuntamente debatidos a fim de compreender a trajetória da mulher negra e o trabalho informal em Fortaleza.

## **2 As trabalhadoras informais negras na história do Brasil: do pós-abolição a atualidade**

A condição de vulnerabilidade da mulher negra remonta ao período escravocrata e a substituição da força de trabalho escravista por imigrantes brancos no Brasil, como política de branqueamento nacional. O impedimento de pessoas negras de trabalharem além de expulsá-las dos centros urbanos para as periferias, também reabilitou estes espaços através de dinâmicas sociais que continuariam a expulsar negros de locais públicos nos centros urbanos (VIEIRA, 2017). Desta forma, as dimensões de raça e gênero, enquanto marcadores sociais de hierarquização da posição dos sujeitos representa as desvantagens históricas que penetram a estrutura de classes, de modo que atualiza as discriminações e mantém segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas (GONZALEZ, 1988, pg. 730)

A expulsão de pessoas negras e mestiças do trabalho gerou uma ocupação maior destes sujeitos em empregos subalternos para garantia de sobrevivência. No percurso histórico do trabalho feminino, as mulheres negras desde o pós-abolição estavam ocupadas predominantemente com atividades domésticas ou em trabalhos informais. Logo pode-se afirmar que o trabalho informal está interligado à vivência da mulher negra desde o pós-abolição, na medida que foram os únicos espaços que estavam abertos para realização de atividade laboral. A condição de vulnerabilidade decorrente da interpelação entre raça, gênero e classe reflete nos serviços informais, principalmente o trabalho doméstico, com baixos salários, pouco ou nenhum reconhecimento social e fundamental na produção de práticas discriminatórias.

Segundo dados da DIESE<sup>2</sup> O número de trabalhadoras informais até o quarto trimestre de 2021 teve um crescimento de 6,6% comparado a 2019, que aumentou apenas 0,2%. O perfil destas trabalhadoras mudou, na medida que houve também uma baixa no rendimento médio. Trabalhadoras informais mais antigas poderiam receber até R\$2.074 ao mês, enquanto trabalhadoras que iniciaram no mercado informal em menos de 2 anos poderiam faturar até R \$1.434. Mulheres negras possuíam os menores rendimentos, tanto as mais novas quanto as mais antigas no mercado. Com 2 anos ou mais no mercado informal, mulheres negras poderiam faturar em média até R\$1.342, enquanto as com menos de 2 anos faturaram em média R \$994,00. Mulheres não negras mais antigas no mercado informal faturaram em média R \$2.368, enquanto as mais novas R \$1518. Estes dados ilustram um



pouco da desigualdade salarial entre mulheres negras e não negras, bem como o aumento de trabalhadores informais logo após ou durante a pandemia. É possível compreender, a partir dos valores apresentados no parágrafo anterior, que mesmo com o aumento de trabalhadores informais tanto negras quanto não negras, mulheres de cor preta recebem menos até mesmo que as novas trabalhadoras.

Angela Davis, professora, escritora e filósofa socialista estadunidense, contribuiu com várias obras indispensáveis para a compreensão da luta das mulheres negras e trabalhadoras durante a década de 1960. Em “*Mulheres, Raça e Classe*” (DAVIS, 2016, p.106) relaciona o conceito de emancipação da mulher negra com os trabalhos realizados por elas entre os anos de 1960 e 1980, percebendo que as trabalhadoras domésticas negras ganhavam menos que trabalhadoras imigrantes brancas, chegando até a 14 horas de trabalho por dia. Além das frequentes ameaças, riscos de serem enganadas e de não receberem o pagamento, a autora mostra os riscos de abusos sexuais pelos homens brancos das casas nas quais trabalhavam, constando como um dos maiores riscos da profissão (DAVIS, 2016, p. 100).

A condição dessas mulheres quando se recusavam a estes abusos se tornavam piores, visto que as leis estavam sempre a favor do homem branco. Concluindo assim que o conceito de emancipação dessas mulheres negras ainda não existia, visto que algumas ainda se sentiam escravas do sistema.

### **3 Considerações finais**

O diálogo realizado entre os três tópicos se deu nas evidências do trabalho informal para a mulher negra está intrinsecamente ligado ao momento histórico da pós- abolição, visto que após o fim da escravização a população negra deixou de ser a mão de obra principal do país e foi excluída tanto do mercado de trabalho como dos centros urbanos. Os relatos de experiência de Raiane trazem o sentimento de impotência em relação ao trabalho doméstico, a qual sua mãe também estava inserida e apesar de se sentir feliz no atual trabalho em que exerce também chegou a sofrer violência policial por conta que a oprimiu tanto no que diz respeito ao seu trabalho como no que tange seu gênero e sua cor.

Compreender como o trabalho da mulher negra foi compreendido a partir dos olhares de Davis (2016) ao longo da década de 60, também no ajudou a compreender a realidade violenta e perigosa para o gênero feminino negro, se relacionando novamente com o



sentimento de Raiane sobre o trabalho doméstico lhe trazer esta sensação de insegurança e sem espaço para ela crescer financeiramente, na medida que por muitos anos este era o único espaço em que a população feminina negra possuía para realização de atividade laboral, mesmo que sendo mal remuneradas por isso era primordial para o sustento do lar. Esta realidade também traz à tona a luta feminista por trabalhos com cargos mais reconhecidos pela sociedade, mas que não refletia a mulheres negras, pois sempre trabalharam e mesmo assim nunca foram reconhecidas como mulheres trabalhadoras nem dignas de uma melhor remuneração ou de direitos básicos de cidadania no espaço laboral.

A relevância de refletir o percurso teórico metodológico do feminismo negro e cruzar apontada por Figueiredo e cruzar escritos com experiências de mulheres negras, aproxima o conceito da realidade vivenciada por mulheres que nem sempre se fazem presentes em espaços acadêmicos apesar de possuir um casto conhecimento de grande valor da construção da epistemologia negra, se refletindo neste trabalho a partir da importância pessoal da interlocutora da pesquisa apontar todas as falas aqui colocadas e sentir que existem espaços, escritoras pretas que compartilham com ela vivências racistas através do trabalho.

Logo, a trajetória da mulher trabalhadora informal negra existe e reexiste desde o pós abolição. Mesmo com situações opressoras no trabalho e pouco reconhecimento no que tange a remuneração e o olhar da sociedade para estas mulheres, continuam no mercado em busca de melhores condições de trabalho capazes de chegarem até ela e as assistirem socialmente.

## Referências

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro; Takano Editora, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100006>.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. Candiani, Heici. São Paulo, 2016. 244pp.

DIESE (São Paulo). 1 Número 22 – maio de 2022 Trabalho por conta própria cresce na pandemia e fica mais precarizado. 2022. Disponível em: <https://www.diese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoemPauta22.html> Acesso em: 04 jul. 2022

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. Revista Tempo e Argumento, v. 12, n. 29, p. 01-24, 2020.



GONZALEZ, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. In: IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 4., 1980, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1980. v. 1, p. 223-245.

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2006, Caxambu. **Anais [...]**. caxambu: ABEP, 2006. p. 01-16.



# RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DEMANDA POR MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS EM UMA FARMÁCIA COMUNITÁRIA DURANTE O SURTO DO COVID-19.

Diego Silva Milhome  
Claudio Henrique Victor Porto  
Vinícius Alves Moraes  
Larissa Deadame Figueiredo Nicolete

## RESUMO

Atualmente, muito tem se estudado sobre os efeitos da pandemia acerca de distúrbios psicológicos, bem como forma de lidar com os problemas oriundos desta. Por conta disso, observou-se uma grande procura por medicamentos psicotrópicos, sendo esta a classe de medicamentos com objetivo de atuar no Sistema Nervoso Central (SNC), fazendo alterações neuronais com a finalidade de tratar diversos sintomas psíquicos e psiquiátricos, onde destacam-se as classes de medicamentos ansiolíticos (grupo de fármacos com ação terapêutica calmante ou tranquilizante, geralmente indicado para tratamentos de tensão e ansiedade, tendo sua ação envolvendo os neurotransmissores ácido  $\gamma$ -aminobutírico, norepinefrina e serotonina), antidepressivos (classe de fármacos com ação terapêutica contra sintomas depressivos, geralmente tratando problemas como falhas nas comunicações entre os neurotransmissores serotonina e norepinefrina), sedativos (também chamados de fármacos hipnóticos, tem a ação terapêutica baseada principalmente em deprimir a atividade no sistema nervoso central e causando sonolência e facilitando o sono), dentre outros, apresentaram um exponencial durante e após o surto de SARS-CoV-2. Com isso, o presente trabalho tem como principal objetivo discutir os efeitos da pandemia na procura de psicotrópicos, majoritariamente da classe dos ansiolíticos, em uma farmácia comunitária do bairro de Pajuçara, presente no município de Maracanaú. Dessa forma, o estudo se encaixa como um relato de experiência, retratando as vivências diárias de um estudante de farmácia e atendente de um estabelecimento de saúde em tempo integral. Ao longo deste período, percebeu-se um aumento na demanda por psicotrópicos, principalmente direcionado aos fármacos da classe dos ansiolíticos, sendo citados: Diazepam, Clonazepam e Alprazolam, ambos pertencentes ao grupo dos benzodiazepínicos. Adicionado a isso, também houve procuras por antidepressivos, destacando-se fármacos Amitriptilina e Duloxetina, pertencentes respectivamente ao grupo dos antidepressivos tricíclicos de aminas terciárias e ao grupo dos inibidores da recaptação de norepinefrina e serotonina não-tricíclicos, destaca-se também pelos fármacos antipsicóticos haloperidol e clorpromazina, pertencendo respectivamente ao grupo das butiforenonas e das fenotiazinas, mesmo que a farmácia em questão não estivesse disponível para a venda de psicotrópicos durante o período da pandemia. Vale destacar que a grande parte da demanda por esses fármacos foram realizadas por pacientes jovens que aparentavam ter entre 15 e 20 anos sem a posse de



uma prescrição médica, além de uma grande demanda por antidepressivos advinda de idosos. Destaca-se também uma grande demanda por parte de profissionais da saúde advindos da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) próxima a localidade da farmácia. Por conta disso, os motivos que foram mais alegados para a busca desses psicotrópicos foram: Medo da pandemia, perda de parentes, sequelas psicológicas causadas pelo isolamento social, pressão psicológica do ensino e trabalho à distância, brigas familiares, violência doméstica, solidão, dentre outros; ambos os motivos sendo acentuados como consequência de um maior tempo presentes em sua residência. Dessa forma, conclui-se que há muito a ser estudado acerca dos efeitos da pandemia na saúde psicológica e mental das pessoas, principalmente em áreas marginalizadas e de pouco acesso à informação e educação em saúde, apresentando como reflexo uma busca por medicamentos psicotrópicos, mesmo sem o encaminhamento e a posse de prescrição médica.

**Palavras-Chave:** assistência farmacêutica. farmácia comunitária. pandemia.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir do dia 17 de abril de 1973 foi promulgada a lei 5991 que passa a adotar a definição para a dispensação de medicamentos, como: “Ato de fornecimento ao consumidor de droga, medicamento, insumo farmacêutico e correlatos, a título remunerado ou não” (BRASIL, 1973). Desse modo, verifica-se que a lei não tem objetivo apenas de analisar o fornecimento de medicamentos como o ato de dispensação, uma vez que o ato de dispensar medicamento traz a luz de que não existe qualquer relação entre paciente e o farmacêutico. Dessa forma, compreende-se o fator do profissional de farmácias comunitárias na informação correta do uso de medicamentos e no incentivo à redução da automedicação.

A política nacional de medicamentos (PNM), orienta como deve ser dado os procedimentos a serem realizados na assistência farmacêutica no SUS, modificando desde o seu modelo de aquisição e dispensação de medicamentos, contemplando, também, as demais atividades relacionadas ao acesso à saúde da população, principalmente no que diz respeito na busca de medicamentos essenciais, conforme trata a portaria nº 3916/98. Considerando os fatores de aquisição e dispensação de medicamentos, o balcão da farmácia vem ocupando, cada vez mais, como porta de entrada para a assistência em saúde da população.

Nesse sentido, com a pandemia da SARS-CoV-2, acrônimo em inglês de *Coronavirus Disease 2019* e popularmente conhecido como COVID-19, as sociedades, segundo Negri et al (2020), buscaram mecanismos de se proteger e se reconfiguraram. Ao longo dos meses que cerceiam o distanciamento social, as práticas habituais passaram por transformações que



afetaram desde as práticas cotidianas e profissionais. As repercussões nocivas dos efeitos produzidos pela COVID 19 não se manifestam exclusivamente como uma questão sanitária e epidemiológica em 188 países atingidos, mais de 89 milhões de pessoas contaminadas e quase de 2 milhões de mortos (JHU, 2021), mas repercutem em todas as atividades em respostas aos modelos de isolamento social executados em determinados locais.

Dentre os inúmeros problemas que podem ser citados, Faro et al (2020) tem uma preocupação ainda maior com a saúde mental da população que se intensifica durante a grave crise social causada pela pandemia. Ainda segundo o autor, esforços emergenciais de diferentes áreas do conhecimento têm se tornado ainda mais importantes no combate de situações em que o sistema de saúde de diversos países colapsou. Dessa forma, o presente trabalho busca relatar como tem se dado a busca de medicamentos psicotrópicos durante e após a pandemia do COVID-19 em uma farmácia comunitária localizada no município de Maracanaú, estado do Ceará.

Essa pesquisa se justifica pelo fato de experiências em saúde pública, principalmente em situações atípicas, trazerem embasamento e conhecimento do cotidiano para serem discutidas junto à academia.

## **2 ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO**

Conforme anteriormente relatado, com o presente trabalho se configura enquanto um relato de experiência, onde um dos autores relata o período trabalhado no estabelecimento, no qual ainda permanece ativo até os dias atuais. Por questões burocráticas, a empresa decidiu não trabalhar com medicamentos psicotrópicos, entretanto, algumas pessoas não sabem disso, o que leva a um considerável número de buscas por essa classe de medicamentos no estabelecimento.

O farmacêutico responsável, também proprietário do estabelecimento, FJMM, começou a atuar no cargo em 2019, quando adquiriu sua licença definitiva do CRF para atuar como seu cargo atual em tempo integral. Atualmente, o profissional realiza diversas funções além da sua principal, como: administração de compra, venda e descarte dos medicamentos e produtos como um todo, administração dos funcionários, organização do estabelecimento, atenção farmacêutica, vendas, dentre outros serviços essenciais para o funcionamento do estabelecimento.

Considerando o fato deste trabalho ser um relato de experiência, um dos autores começou a trabalhar no estabelecimento desde o ano de 2016, no qual recebeu o devido



treinamento pelo farmacêutico responsável, onde aprendeu serviços básicos como atendimento ao cliente, vendas, administração de compra, venda e descarte de medicamentos, assim como atenção farmacêutica, sempre com seu auxílio e supervisão, conforme pode ser visto na figura 1.

**Figura 1 – Exercício da função pelo autor**



Fonte: Acervo pessoal.

Na figura 1, pode-se observar o autor em suas funções diárias aprendidas em seu treinamento, onde na primeira (A), ele está organizando as prateleiras a fim de promover uma facilidade ao encontro de medicamentos solicitados pelos pacientes. Na segunda (B), está encarregando-se da parte administrativa, onde dá entrada das NF-e no sistema digital da farmácia. Por fim, na terceira, ele se encontra atendendo um paciente e prestando serviço de atenção farmacêutica, sempre com o auxílio do farmacêutico responsável (que está ausente das imagens).

### **3 RELATO DA EXPERIÊNCIA**

Conforme observado, o presente trabalho tem alusão temporal de março de 2020 até outubro de 2022. Neste período, muito foi observado sobre a grande diferença na demanda de medicamentos da classe dos psicotrópicos, principalmente dos ansiolíticos e antidepressivos, comparado aos meses anteriores, por alusão à pandemia de COVID-19 na Farmácia Comunitária deste estudo.

Anteriormente à pandemia iniciada no ano de 2019 e agravada no ano de 2020, não se demandava muitos medicamentos psicotrópicos no estabelecimento, uma vez que os anti-inflamatórios, assim como os antibióticos e antigripais eram os mais requisitados. A partir de



2020, principalmente com o agravamento dos casos, pode-se observar um aumento considerável na procura de fármacos voltados para o tratamento da saúde mental, principalmente, aqueles relacionados à ansiedade, depressão, síndrome do pânico, dentre outros. Muitos motivos são plausíveis, uma vez que a doença infelizmente acabou com a vida de muitas pessoas consideradas ou não do grupo de risco.

Como citado anteriormente, a população não conhece os pormenores legais sobre estabelecimentos farmacêuticos, o que faz com que elas supunham que qualquer Farmácia comunitária está apta a vender a classe de psicotrópicos. Assim, mesmo antes da pandemia de COVID-19, em média 10 pacientes por semana se apresentavam na farmácia solicitando a compra de medicamentos psicotrópicos alegando sintomas referentes à saúde mental. Após o início da pandemia, esse número mais que dobrou, sendo em média 25 pessoas por semana procurando por esse tipo de medicamento. Vale ressaltar que antes da pandemia, a maior parte das pessoas não possuía prescrição médica, enquanto após a pandemia, a maioria possuía algum tipo de prescrição, mesmo que vencida.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de negligenciada pelo governo, o COVID-19 foi uma das doenças que mais matou na história, causando aproximadamente 668 mil mortes só no Brasil, o que pode ter sido motivo de pânico para a população, uma vez que a doença foi quase que completamente negligenciada pelo governo (grande parte negacionista), onde compras de vacinas foram atrasadas, o que piorou ainda mais a situação. Além de pânico popular, alguns motivos também podem desencadear para uma depressão na saúde mental da população, como: maior tempo em casa, paranoias, medo da morte, ansiedade, violência doméstica e até pressão social.

#### **REFERÊNCIAS**

NEGRI, Fernanda de et al. **Ciência e Tecnologia frente à pandemia**. 2020. Publicado por: Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/182-corona>. Acesso em: 7 out. 2021.

JOHN HOPKINS UNIVERSITY (JHU). **Center for Systems Science and Engineering**. COVID-19 Dashboard. 2021.

BRASIL, **Lei nº 5991, de 17 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 19 dez. 1973.



## AUTISMO E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Ítala Mayara Santiago Silva<sup>16</sup>  
Antonio Nilton Gomes dos Santos<sup>17</sup>  
Mara Rita Duarte de Oliveira<sup>18</sup>

O presente trabalho objetivou-se conhecer as dificuldades enfrentadas na educação com discentes com Transtornos do Espectro Autista (TEA). O Transtorno do Espectro Autista por apresentar diversas dificuldades do desenvolvimento humano, necessita do trabalho comprometido de todos os profissionais envolvidos com a educação e principalmente da dedicação e empenho dos seus familiares. O autismo é classificado como um dos “Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)”, é descrito como um espectro, pois as características podem variar do leve ao mais forte, comprometendo o desenvolvimento normal do indivíduo, afetando a interação social, a comunicação e o comportamento, essa dificuldade faz com que as crianças com autismo, sejam bastante limitadas em todo o processo de ensino aprendizagem. Diante disso, pude fazer pesquisas voltadas às dificuldades que os docentes vivenciam em sala de aula. Dessa forma não se pode falar em dificuldades, sem se falar em inclusão, que visa sanar este problema, uma vez que deseja incluir todos os indivíduos, incluindo os com TEA, com suas características próprias e suas necessidades particulares. Mas para que se possa ter a inclusão de crianças autistas na escola tem se a necessidade de formação e também dedicação dos docentes. Desse modo, Santos (2010) afirma que, a formação dos professores para atuação do trabalho com a diversidade é de grande importância, pois é essencial para a inclusão efetiva.

Ensinar e estar com uma criança diagnosticada com autismo tem sido um grande desafio para todos os profissionais da educação, a falta de conhecimento sobre a síndrome faz com que surjam muitas dúvidas sobre qual a melhor forma de promover a educação para essas crianças e como poderá ser feito as devidas intervenções no processo de ensino aprendizagem. Por isso há uma necessidade do professor conhecer melhor a deficiência para trabalhar com este aluno que requer uma atenção maior como Cunha (2014, p. 101) afirma que não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha a inclusão e na inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre dificuldades

---

<sup>16</sup> Graduação em Pedagogia na Faculdade Maciço de Baturité – FMB

<sup>17</sup> Mestrado Interdisciplinar em Humanidades - Unilab

<sup>18</sup> Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC)



de aprendizagem e modos de intervenção psicopedagógica se não conseguir incluir o aluno. Assim também como a escola e a família devem está apta a caminhar juntas para melhor atendimento dos discentes que necessitam desse companheirismo. Sabe-se que não é fácil, pois o professor deve se preparar tanto profissionalmente como psicologicamente para enfrentar essa árdua caminhada, para que assim se possam obter bons e grandes resultados. Como também a escola deve estar preparada para receber crianças que tenham este transtorno, pois de fato é um mundo desconhecido em que há a necessidade de conhecimento. Diante de todos os desafios é necessária a busca de conhecimento sobre o espectro do autismo, informações que possibilitem a escolarização do aluno com autismo e que lhes sejam ofertadas oportunidades para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma eficiente. É preciso que os profissionais da educação sejam capacitados para tornar possível a sua escolarização. Então, esta pesquisa visa orientar professores e demais profissionais da educação a irem à busca de novos caminhos que sejam seguros, onde haja a certeza de que haverá inclusão destes alunos, assim também como a aprendizagem dos mesmos. Através de observações pode se ver o quanto ainda há dificuldade, mesmo depois de tantas descobertas em relação à inclusão do autista no âmbito da educação. E nos mostra que o professor é a chave primordial para que se tenha um desenvolvimento dos indivíduos com esse espectro. Nesse envolvimento, é possível olhar com sensibilidade, também para o âmbito escolar, onde a criança deve ser acolhida de forma inclusiva, atentando sempre às suas potencialidades e não às suas dificuldades. O enfoque teórico e o fazer pedagógico são fundamentais para a compreensão do trabalho para com a criança com Transtorno do Espectro do Autismo, conduzindo, assim, não apenas o reconhecimento do TEA, mas a um direcionamento para além dos muros da escola. É essa visão que amplia as ações, tornando-as significativas e prazerosas.

**Palavras – chave:** Autismo, Educação, Inclusão.



## **ETNOMATEMÁTICA: A MATEMÁTICA NA CULTURA INDÍGENA KANINDÉ**

Antonio Nilton Gomes dos Santos<sup>19</sup>

Ítala Mayara Santiago Silva<sup>20</sup>

Carlíane Vieira de Souza<sup>21</sup>

Mara Rita Duarte de Oliveira<sup>22</sup>

O presente trabalho é um estudo sobre a presença dos saberes matemáticos na cultura indígena do povo Kanindé de Aratuba, intitulado Etnomatemática: Matemática na cultura indígena Kanindé, apontando a importância da matemática na cultura e no cotidiano da aldeia. A pesquisa foi desenvolvida na Aldeia Sítio Fernandes, município de Aratuba, Ceará, que objetivava fazer uma abordagem das principais ideias em Etnomatemática que surgiram ao longo de sua história, e visualizar quais podem ser suas aplicações no ensino da matemática indígena, na busca da valorização e na manutenção dos saberes indígenas. Alguns aportes teóricos foram fundamentais para as reflexões como em destaque D'Ambrosio.

A metodologia utilizada possui uma abordagem qualitativa que realizou-se através de entrevistas e observações do cotidiano da aldeia. Ao analisar o povo indígena Kanindé e seu cotidiano, foram visíveis através da oralidade dos anciões a utilização de seus saberes matemáticos através da observação da posição da lua, a identificação do tempo através do sol e sombra, fazer medidas de tempo através da observação da natureza e animais. Outras técnicas são utilizadas como forma de medidas utilizadas no dia a dia, em destaque a utilização de medidas de massa e distância. D'AMBROSIO, 2001 nos traz que contextualizar a matemática é essencial para todos, então a partir desta afirmação buscamos algumas respostas para as nossas inquietações em relação ao ensino da matemática contextualizada na aldeia a partir do ensino do componente curricular de matemática da Escola Indígenas Manoel Francisco dos Santos. Percebemos que muitos dos conteúdos de conhecimentos matemáticos os docentes contextualizam para a realidade da aldeia e dos estudantes, assim fazendo uma abordagem mais significando para a aprendizagens dos estudantes. Nos aprofundamos mais na questão das pinturas corporais e artesanatos indígenas produzidos na aldeia, nas pinturas corporais além de sua simbologia espiritual para a vida do indígena, na escola é um campo de pesquisa, pois dentro

---

<sup>19</sup> Mestrado Interdisciplinar em Humanidades - Unilab

<sup>20</sup> Graduação em Pedagogia na Faculdade Maciço de Baturité – FMB

<sup>21</sup> Licenciatura Intercultural Indígena – LII PITAKAJA - UFC

<sup>22</sup> Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC)



da pintura é estudado vários conceitos matemáticos como segmentos de retas, formas geométricas e estudo de triângulos.

Nos artesanatos do Povo Kanindé nos apresentam a Matemática por meio da simetria de seus traçados, a formação de ângulos no cruzamento entre uma palha e outra, além da formação de formas geométricas, no caso, das cestas ou instrumentos musicais. Portanto conclui-se que esses saberes são repassados de geração a geração pelos anciões e famílias indígenas e que na escola do povo Kanindé os conhecimentos matemáticos têm uma relação com o cotidiano dos discentes, e que essa relação fortalece a cultura, a identidade e ainda contribuem para a aprendizagem dos estudantes indígenas.

**Palavras – chave:** Etnomatemática, Cultura, conhecimento tradicional.





Grupo de Estudos, Pesquisas e  
Extensão em Educação, Diversidade e  
Formação de Educadores Brasil/África  
(GEDIFE/UNILAB)

